



## 1. MISSÃO, OBJECTIVOS E POLITICAS

A CP tem por missão prestar serviço de transporte ferroviário de passageiros, com uma dinâmica de inovação, salvaguarda do ambiente e melhoria de segurança.

São seus desígnios:

- Oferta de comboios competitivos em termos de rapidez, frequência, pontualidade, conforto e higiene;
- Promoção da intermodalidade para uma oferta de serviços integrados e ajustados às necessidades dos clientes;
- Pessoal qualificado e motivado, funcionalmente enriquecido e capaz de iniciativas;
- Uma organização flexível e capaz de responder aos desafios do mercado;
- Contratualização do serviço público,
- Comunicação dinâmica e de qualidade;
- Desenvolvimento de parcerias (estratégicas) que reforcem a cadeia de valor dos serviços prestados;
- Valorização das relações com as comunidades locais,

Visa prestar um serviço de transporte ferroviário, orientado para o cliente e amigável das pessoas e do ambiente, capaz de satisfazer as expectativas de qualidade e de segurança dos seus clientes, pautando a sua actuação por critérios e objectivos de eficácia e de competitividade.

A actividade da CP tem subjacente como valores profundos, base do seu “core business”, a Segurança, a Qualidade e o Ambiente, como valores posicionais que lhe permitem diferenciar-se positivamente no mercado onde actua, o Profissionalismo, a Ética e a Iniciativa e como valores relacionais o Humanismo e o Compromisso.





COMBOIOS DE PORTUGAL



Para atingir esta missão a CP dispõe de uma frota em serviço comercial nas Unidades de Negócio e CP Carga, SA a 31 de Dezembro de 2010, de 197 automotoras eléctricas, 48 automotoras diesel, 54 locomotivas eléctricas, 49 locomotivas diesel e 103 carruagens.

A actividade desenvolvida pela CP em 2010 fundamentou-se nos vectores acima referidos.





## 2. REGULAMENTOS INTERNOS E EXTERNOS

No que se refere aos regulamentos internos, são de referir os Acordos de Empresa/Sindicatos, os Regulamentos de Carreiras (Geral, de Condução-Ferrovia/Tracção e de Licenciados e Bacharéis), o Regulamento da Prevenção e Controlo do Trabalho sob o efeito do álcool, de substâncias, estupefacientes ou psicotrópicas, o Regulamento de Compras, o Manual de Qualidade e Ambiente, o Regulamento de Tratamento de Resíduos, de Políticas e Normas de Segurança e o Código de Ética.

No âmbito da regulamentação externa, para além da regulamentação técnica de segurança da circulação, são de salientar, o Directório da Rede, que visa fornecer às empresas de transporte ferroviário a informação essencial para o acesso e utilização da infra-estrutura ferroviária nacional, emitido pela Rede Ferroviária Nacional - REFER, E.P.E., na qualidade de gestor da infra-estrutura, respeitando o Regulamento 21/2005 do INTF e demais legislação aplicável acima citada.

Através do Directório da Rede são definidas as condições de acesso à infra-estrutura, os princípios, critérios, fases e prazos do procedimento de repartição de capacidade e ainda, os princípios de tarifação e o tarifário relativo à taxa de utilização e aos demais serviços prestados pelo gestor de infra-estrutura.

Ainda não se dispõe de um contrato que regule a relação entre a REFER e a CP, na base do respeito, do princípio básico da valorização da eficiência e da penalização das ineficiências da infra-estrutura.



LEGISLAÇÃO / REGULAMENTAÇÃO NACIONAL E COMUNITÁRIA RELEVANTE  
A QUE A EMPRESA ESTÁ SUJEITA

LEGISLAÇÃO	ASSUNTO
Dec-Lei nº 137-A/2009, de 12 de Junho	Estatutos da CP
Lei nº 1/2009, de 5 de Janeiro	Regime Jurídico das Autoridades Metropolitanas de Transportes
Dec-Lei nº 394/2007, de 31 de Dezembro, alterado pelo Dec-Lei nº 114/2009, de 18 de Maio	Investigação de acidentes ferroviários
Dec. Lei n.º 104/1997, de 29 de Abril, alterado pelo Dec-Lei nº 141/2008, de 22 de Julho	Criação da REFER
Dec-Lei nº 395/2007, de 31 de Dezembro	Criação do GISAF (entidade a quem compete a investigação de acidentes ferroviários)
Dec-Lei nº 147/2007, de 24 de Julho	Criação do IMTT
Dec. Lei n.º 39780, de 21 de Agosto de 1954	Regulamento de Exploração e Polícia do Caminho-de-ferro
Decreto-Lei n.º 371/2007, de 6 de Novembro de 2007, que deu nova redacção ao Decreto-Lei n.º 156/2005, de 15 de Setembro	Consignou a obrigatoriedade dos prestadores de serviços de transporte ferroviário disponibilizarem aos cliente o livro de reclamações
Lei nº 28/2006, de 4 de Junho, cujo n.º 2 do art.º 5.º foi alterado pelo DL n.º 14/2009, de 14 de Janeiro	Regime sancionatório aplicável às transgressões ocorridas em matéria de transportes colectivos de passageiros (passageiros sem título ou com título inválido).  Preços e Condições do contrato de transporte ferroviário



LEGISLAÇÃO	ASSUNTO
<p>Dec. Lei n.º 8/1993, de 11 de Janeiro</p> <p>Portaria n.º 50/94, de 19 Janeiro - Fixação de preços dos títulos combinados</p> <p>Dec-Lei n.º 58/2008, de 26 de Março</p>	
<p>Dec. Lei 231/2007, de 14 de Junho, que altera e republica o Dec. Lei 270/2003, de 28 de Outubro, com alterações introduzidas pelo DL 20/2010, de 24.3 e DL 27/2011, de 17.2</p>	<p>Condições de Prestação dos Serviços de Transporte e de gestão da infra-estrutura Ferroviária</p>
<p>Regulamento n.º 21/2005 do INTF – Taxas de utilização da infra-estrutura</p> <p>Regulamento do IMTT n.º 473/2010, de 20 de Maio - estabelece o regime de melhoria de desempenho para a rede ferroviária nacional, revoga o capítulo iv do Regulamento n.º 21/2005, de 3 de Fevereiro</p>	<p>Taxa de Utilização</p>
<p>Dec-Lei n.º 568/99, 23 de Janeiro – Aprova o Regulamento de Passagens de Nível, alterado pelo DL 24/2005, de 26 de Janeiro</p> <p>Regulamento n.º 18/2000 do INTF- Autorização de circulação de material circulante em exploração</p> <p>Dec-Lei n.º 75/2003, 16 Abril – Aprova o regime jurídico que estabelece as condições a satisfazer para concretizar, no território nacional, a interoperabilidade do sistema ferroviário transeuropeu convencional.</p> <p>Portaria n.º 168/2004, 18 de Fevereiro – Aprova o modelo relativo ao seguro obrigatório e o modelo relativo à licença de prestação de serviço de transporte nacional ferroviário e define o modelo de licença de prestação de serviço de transporte ferroviário internacional</p> <p>Decreto-Lei n.º 20/2010, de 24 de Março -Procede à liberalização da prestação de serviços de transporte ferroviário internacional de passageiros na infra-estrutura ferroviária nacional e define as respectivas regras de acesso, transpondo a Directiva 2007/58/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Outubro de 2007</p> <p>Regulamento n.º 443/2010, de 17 de Maio - procedimentos de emissão de certificado de segurança a obter pelo operador</p>	<p>Operação</p>



LEGISLAÇÃO	ASSUNTO
<p>Despacho Conjunto n.º 261/99, 5.3.1999 – Estabelecimento da concessão CP, com a alteração resultante do Despacho n.º 20408/2009, publicado na 2ª série do D.º Republica, de 10.9.2009 (as instalações nele mencionadas que estavam afectas à Fergráfica e constavam desta listagem por força deste despacho transitaram para a REFER).</p> <p>Dec-Lei n.º 558/99, 17 de Dezembro – alterado e republicado pelo Dec-Lei nº 300/2007, de 23 de Agosto - Aprova o regime jurídico do Sector Empresarial do Estado</p> <p>Dec. Lei n.º 276/2003, 4 de Novembro – Domínio Público Ferroviário</p> <p>Lei 18/2008, de 18 de Janeiro – Código dos Contratos Públicos (entra em vigor em 30.7.08)</p> <p>Dec-Lei n.º 167/2008, de 26 de Agosto (indemnizações compensatórias)</p> <p>Resoluções do Conselho de Ministros (sobre o bom governo das empresas do sector empresarial do Estado):</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- nº 49/2007, de 28 de Março</li><li>- nº 70/2008, de 22 de Abril</li></ul> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 101-A/2010, de 27 de Dezembro que:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- mandata a REFER-Rede Ferroviária Nacional, EPE, para identificar no 1.º trimestre de 2011 as linhas ou troços susceptíveis de desclassificação, nos termos da Lei de Bases dos Sistemas de Transportes Terrestres;</li><li>- antecipa para 2011 do processo de concessão de serviços de transporte ferroviário de passageiros nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, incumbindo a CP - Comboios de Portugal, E.P.E. da elaboração dos estudos tendentes ao lançamento dos procedimentos concursais até ao final do 1º semestre de 2011.</li></ul>	<p>Outros diplomas</p>





LEGISLAÇÃO	ASSUNTO
<p>Regulamento (CE) n.º 653/2007, de 13 de Junho, relativo à utilização de um modelo europeu comum de certificado de segurança e respectivo requerimento, e ainda à validade dos certificados de segurança emitidos ao abrigo da Directiva 2001/14/CE, do Parlamento e do Conselho, de 26 de Fevereiro. Entrou em vigor no dia 15.6.2007</p> <p>Regulamento (CE) n.º 1371/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Outubro, relativo aos direitos e obrigações dos passageiros dos serviços ferroviários, que entrou em vigor dia 3.12.2009</p> <p>Decisão da Comissão n.º 2007/756/CE, de 9 de Novembro, sobre especificações comuns do registo nacional de material circulante previsto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 14.º da Directiva 96/48/CE e da Directiva 2001/16/CE.</p> <p>Regulamento (CE) n.º 352/2009 da Comissão, de 24 de Abril de 2009, relativo à adopção de um método comum de segurança para a determinação e a avaliação dos riscos, conforme referido no n.º 3, alínea a), do artigo 6.º da Directiva 2004/49/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, aplicável a partir de 19 de Julho de 2010 a todas as alterações técnicas significativas em veículos e a todas as alterações que digam respeito a sub-sistemas estruturais, quando exigido pelo n.º 1 do artigo 15.º da Directiva 2008/57/CE ou por uma ETI.</p> <p>Decisão n.º 2010/17/CE da Comissão, de 29 de Outubro de 2009, relativa à adopção dos parâmetros básicos para os registos das cartas de maquinista e dos certificados complementares previstos na Directiva 2007/59/CE do Parlamento Europeu e do Conselho</p> <p>Regulamento (UE) n.º 36/2010 da Comissão de 3 de Dezembro de 2009, relativo aos modelos comunitários de carta de maquinista, certificado complementar, cópia autenticada do certificado complementar e formulário de pedido da carta de maquinista</p>	<p>Legislação comunitária diversa, directamente aplicável</p>







### 3. CADEIA DE VALOR

A análise da cadeia de valor consiste no estudo, desagregado das actividades de relevância estratégica da empresa, de modo a nelas alcançar a eficiência, detectando potenciais factores de diferenciação e competitividade.

A CP desenvolve um conjunto de actividades estratégicas de prestação de transporte ferroviário de pessoas e bens, manutenção e reconstrução de material circulante ferroviário, Formação profissional e outros serviços complementares cujo valor percebido pelo cliente nem sempre corresponde ao efectivo valor acrescentado. Tal decorre de um longo e histórico processo regulatório de preços.

Esta matéria, pela sua importância carece de uma análise aprofundada que será desenvolvida em futuros relatórios. Contudo, é nossa convicção de que os serviços ferroviários que operamos têm significativos ganhos sociais sendo competitivos em matéria de grandes e concentradas deslocações populacionais bem como no transporte de longa distância de mercadorias.

No transporte de passageiros a concorrência é essencialmente modal, na medida em que a actividade se exerce por concessão. Já no transporte de mercadorias a concorrência interna é hoje possível.

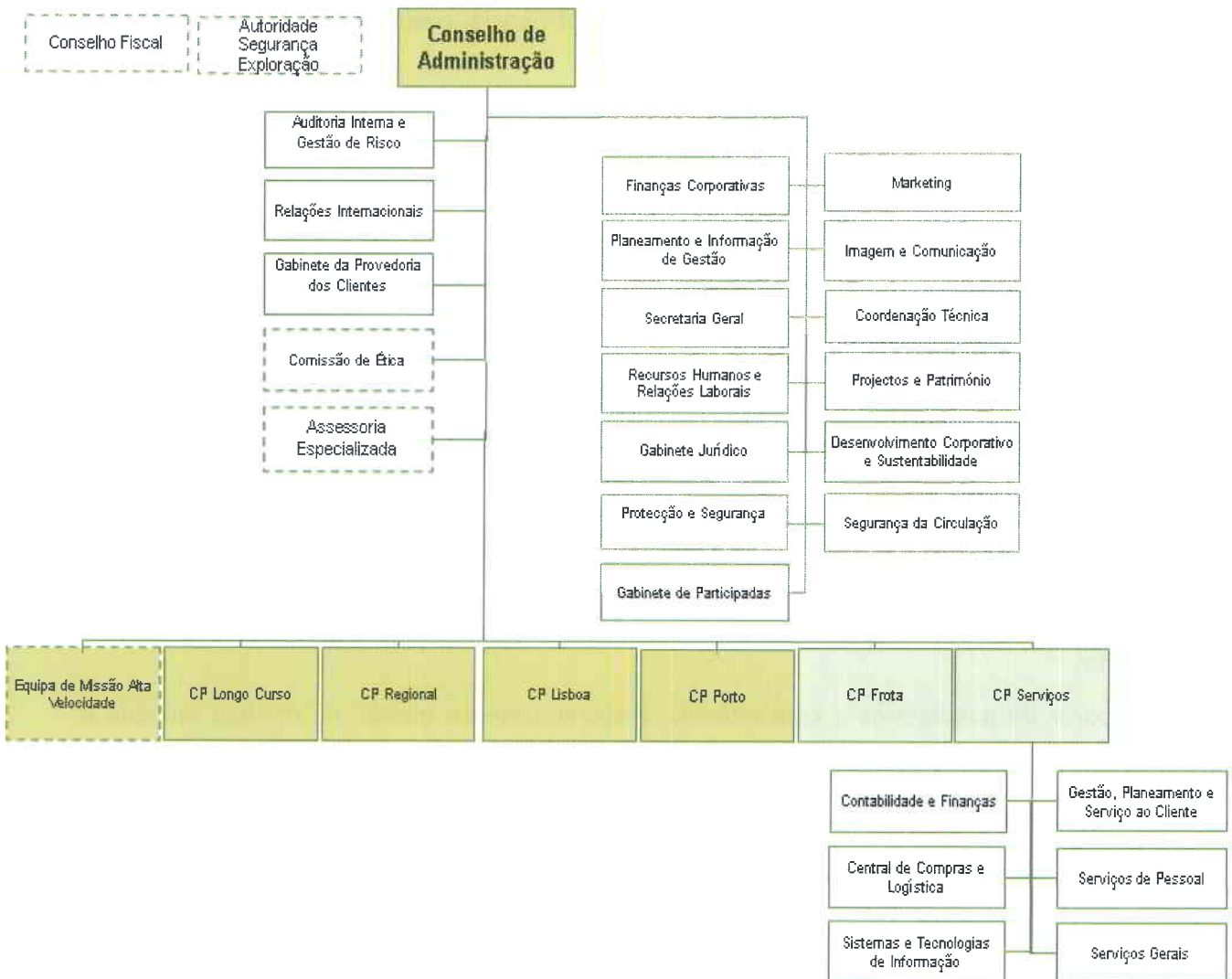
O valor acrescentado do transporte ferroviário é hoje muito elevado e mais económico que outros modos de deslocação, nomeadamente o transporte individual. A CP, ao realizar anualmente cerca de 130 milhões de deslocações de pessoas presta um enorme serviço à economia e aos cidadãos deste país.





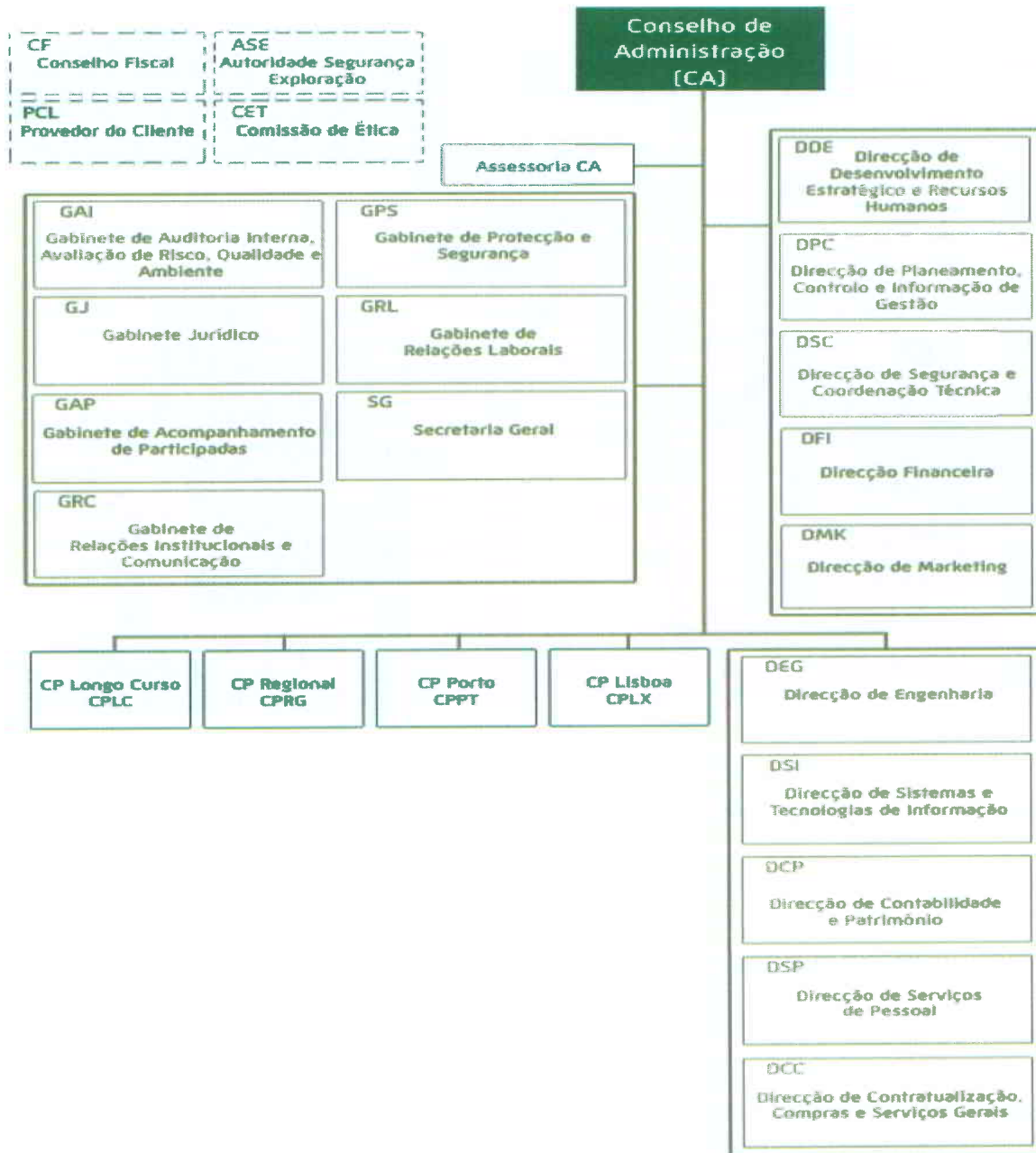
#### 4. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Em 2010 a estrutura organizacional, em vigor durante praticamente todo o ano, foi a seguinte:





Na sequência da reorganização encetada em Dezembro de 2010 a estrutura organizacional passou a ser a seguinte:





## 5. MODELO DE GOVERNO



O actual CA da esquerda para a direita: Dr.ª Madalena Paixão de Sousa, Dr.ª Cristina Maria dos Santos Dias, Dr. José Salomão Coelho Benoiel, Dr. Alfredo Vicente Pereira e Professor Nuno Alexandre Moreira

De 1 de Janeiro 2010 a 16 de Junho 2010 os Órgãos Sociais tiveram a seguinte composição:

### Conselho de Administração

Presidente: Eng.º Cardoso dos Reis

Vice-Presidente: Dr. José Salomão Coelho Benoiel

Vogal (1): Dr. Paulo José da Silva Magina

Vogal (2): Prof. Nuno Alexandre Baltazar Sousa Moreira



Vogal (3): Dr. Ricardo Manuel da Silva Monteiro Bexiga

### **Conselho Fiscal**

Presidente: Dr. Issuf Ahmad

Vogal Roc: Dr. José Luís Areal Alves da Cunha

Vogal: Eng.º Carlos Fernando Moreira de Carvalho

Em 17 de Junho 2010, por resolução do CM, o CA passou a ter a seguinte composição:

### **Conselho de Administração**

Presidente: Dr. José Salomão Coelho Benoliel

Vice-Presidente: Dr. Alfredo Vicente Pereira

Vogal (1): Prof. Nuno Alexandre Baltazar Sousa Moreira

Vogal (2): Dr.ª Cristina Maria dos Santos Pinto Dias

Vogal (3): Dr.ª Madalena Paixão de Sousa

O Conselho Fiscal não foi alterado continuando com a composição seguinte:

### **Conselho Fiscal**

Presidente: Dr. Issuf Ahmad

Vogal Roc: Dr. José Luís Areal Alves da Cunha

Vogal: Eng.º Carlos Fernando Moreira de Carvalho



## Funções e responsabilidades

Entre 1 de Janeiro 2010 a 16 de Junho 2010 a distribuição de responsabilidade pelos membros do CA era a seguinte:

Cargo	Nome	Funções Responsabilidades
Presidente do CA	Eng.º Francisco José Cardoso Reis	Planeamento e Informação de Gestão Marketing e Serviço ao Cliente Comunicação Estratégica Desenvolvimento Organizacional e Gestão da Mudança Autoridade de Segurança da Exploração
Vice-Presidente	Dr. José Salomão Coelho Benoliel	CP Carga CP Frota Auditoria Interna e Gestão de Risco
Vogal	Dr. Paulo José da Silva Magina	CP Lisboa CP Serviços Finanças Corporativas
Vogal	Prof. Nuno Alexandre Baltazar Sousa Moreira	CP Regional CP Longo Curso Qualidade Ambiente Segurança e Coordenação Técnica
Vogal	Dr. Ricardo Manuel da Silva Monteiro Bexiga (*)	CP Alta Velocidade CP Porto Projectos e Património Recursos Humanos Corporativos



Secretaria Geral

(\*) Pediu demissão da CP em 1.12.2009, com efeitos a 31.01.2010

Após 17 de Junho 2010 a distribuição de áreas de responsabilidade passou a ser:

Cargo	Nome	Funções Responsabilidades
Presidente	Dr. José Salomão Coelho Benoliel	Auditoria Interna e Gestão Risco Comissão de Ética Assessoria Especializada Relações Internacionais Gabinete de Participadas Gabinete da Provedoria dos Clientes Imagem e Comunicação
Vice-Presidente	Dr. Alfredo Vicente Pereira	Planeamento e Informação de Gestão Finanças Corporativas CP Serviços Projectos e Património
Vogal	Prof. Nuno Alexandre Baltazar Sousa Moreira	Equipa de Missão Alta Velocidade Coordenação Técnica Segurança da Circulação Protecção e Segurança CP Longo Curso CP Regional CP Frota
Vogal	Dr.ª Cristina Maria dos Santos Pinto Dias	Desenvolvimento Corporativo e Sustentabilidade Marketing CP Porto CP Lisboa
Vogal	Dr.ª Madalena Paixão de Sousa	Recursos Humanos e Relações Laborais Secretaria Geral Gabinete Jurídico



Em Dezembro 2010 o CA alterou a área de responsabilidades, na sequência das modificações introduzidas na orgânica da CP.

Cargo	Nome	Funções Responsabilidades
Presidente	Dr. José Salomão Coelho Benoiel	Gabinete de Relações Institucionais e Comunicação Gabinete de Auditoria Interna, Avaliação de Risco, Qualidade e Ambiente Gabinete de Acompanhamento das Participadas Provedor do Cliente Autoridade de Segurança da Exploração
Vice-Presidente	Dr. Alfredo Vicente Pereira	Direcção de Planeamento, Controlo e Informação de Gestão Direcção Financeira Direcção de Sistemas e Tecnologias de Informação Direcção de Contabilidade e Património Direcção de Contratualização, compras e Serviços Gerais
Vogal	Prof. Nuno Alexandre Baltazar Sousa Moreira	Gabinete de Protecção e Segurança Direcção de Segurança e Coordenação Técnica Direcção de Engenharia CP Longo Curso CP Regional
Vogal	Dr.ª Cristina Maria dos Santos Pinto Dias	Direcção de Marketing CP Lisboa CP Porto
Vogal	Dr.ª Madalena Paixão de Sousa	Gabinete Jurídico Gabinete de Relações Laborais Secretaria Geral Direcção de Desenvolvimento Estratégico e Recursos Humanos Direcção de Serviços de Pessoal





### Número de reuniões do Conselho de Administração no ano de 2010

Durante o ano de 2010 foram realizadas 63 (sessenta e três) reuniões do Conselho de Administração.

### Decisões mais relevantes adoptadas pelo Conselho de Administração em 2010

- Protocolo de intenções entre a RENFE Operadora e a CP-Comboios de Portugal, E.P.E. (CP) com vista à exploração conjunta da futura Rede Ferroviária Ibérica de Alta Velocidade;
- Desenvolvimento de utilização do MBBILHETE em todas as Estações CP;
- Parceria entre a Câmara Municipal da Amadora, a Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa, a Câmara Municipal de Odivelas, o Metropolitano de Lisboa E.P.E. e a CP-Comboios de Portugal, E.P.E. (CP), relativo ao MetroBUS que vai ligar a estação de comboio da Reboleira ao Norte do Concelho, estando estimado um aumento de procura de 40.000 novos passageiros;
- Novo produto família e promoção do segmento escolar na CPLX;
- Contrato de Fornecimento de Energia Eléctrica em Alta e Muito Alta Tensão com a EDP Comercial - Comercialização de Energia, S.A.;
- Melhoria nas condições comerciais de aquisição do gasóleo para tracção – Contrato CP/Petrogal;
- Acordos para implementação do passe sub23@superior.tp;
- Estudo da Concentração de Serviços e Empresas do Grupo CP no Pólo Ferroviário da Amadora;
- Apoio da CP ao Projecto ‘Por uma Eco-Europa’;





- Conclusão da 1ª Fase do Projecto do Fecho das Estações da CP Lisboa nos serviços urbanos de Lisboa;
- Reorganização dos Serviços Centrais;
- Contrato celebrado entre a CP-Comboios de Portugal, E.P.E. (CP) e a EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A. - adaptação de 45 carruagens para 200 km/h;
- Revisão do Contrato de Aluguer de Material Motor afecto à CP Carga, S.A.;
- Comemorações do Centenário da República - Exposição “O Caminho-de-Ferro 1910-2010” – Edição de Livro em parceria com a Refer;
- Articulação CP/ECOSAÚDE, no que respeita à assistência a clientes vítimas de acidentes /incidentes traumáticos nas estações e comboios;
- Continuação da implementação do projecto de bilhética sem contacto nos serviços urbanos de Lisboa e Porto;
- Protocolo de valorização do material circulante e peças de índole histórica transferidas para a Fundação do Museu Nacional Ferroviário;
- Protocolos e-requisição com várias entidades e instituições;
- Aluguer de automotoras da classe 592 da Renfe para serviço comercial regional – Linhas do Minho e Douro;
- Gestão de presenças e central de apresentações nos serviços urbanos de Lisboa e Porto;
- Promoção de acções para utilização do comboio, a associação a eventos culturais, desportivos, turismo e viagens de grupo acrescem a sua procura em 7,3% de passageiros em Setembro face ao ano transacto, na CPPT;



- Campanha de comunicação dos canais de venda automáticos de títulos de transportes “A partir de qualquer lugar - para tornar o seu dia-a-dia mais simples” para os clientes dos serviços Alfa Pendular e Intercidades;
- CP distinguida com segundo prémio para os projectos inovadores, no caso concreto referente a Acessibilidade, lançado pelo IMTT com o projecto “Revisão de Nível 2 das Unidades Quádruplas Eléctricas (UQE’s)”. A inovação do projecto assenta na implementação de uma rampa de embarque escamoteável para cadeira de rodas, sendo os primeiros comboios urbanos em Portugal dotados com esta plataforma;
- Introdução de um seccionador na catenária da linha nº 14 do parque oficial do Entroncamento, beneficiando a zona de lavagem das UTE’s ao permitir o posicionamento da automotora pelos seus próprios meios na zona referida, evitando a necessidade de manobras com material de reboque.

### Currículos dos Membros do Conselho de Administração

✓ 2010-2012

PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: DR. JOSÉ SALOMÃO COELHO BENOLIEL

Desde Junho de 2010 Presidente do Conselho de Administração da CP- Comboios de Portugal, E.P.E.

Desde 2008 – membro do Conselho de Gerência da CP, e Vice-Presidente do Conselho de Administração da CP – Comboios de Portugal E.P.E. até Junho de 2010.





Licenciado em Economia pelo I.S.C.E.F. (1967), com os cursos de Mestrado em Transportes, I.S.T. (1988) e o curso de Gestão de Empresas da American Management Association, M.C.E. (1972).

No seu percurso profissional, entre outras, exerceu funções de Senior Consultant e Chief Executive Officer no Grupo General Maritime Corporation (New York); Vice-Presidente do Conselho de Administração da Soponata - Sociedade Portuguesa de Navios Tanques SA., Administrador-delegado da ESLI – Parques de Estacionamento de Lisboa, SA, Presidente do Conselho de Administração da Metalúrgica Luso-Alemã SA e Administrador-delegado da Metalúrgica Luso Italiana SA. do Grupo José Mello; Gerente Executivo da Lusibéria, Transitários, Lda do Grupo Muñoz y Cabrero (Barcelona); Gerente Executivo da RN Trans - Actividades Transitárias, Lda; Administrador-delegado da Sogenave – Sociedade Geral de Abastecimentos à Navegação e Industria Hoteleira, SARL.

#### VICE-PRESIDENTE: DR. ALFREDO VICENTE PEREIRA

Licenciado em Economia em 1985 e mestrado em Economia (parte lectiva) pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), pós-graduado em Modern Finance for the Global Executive (2002) pela Yale School, Connecticut, EUA, e em Management avance (1990) pelo HEC/CIFAG, Paris e Lisboa.

No seu percurso profissional, foi desde 2005, Vice-Presidente da REFER, E.P.E. – gestão da infra-estrutura ferroviária.



Anteriormente foi Vogal Executivo do Conselho de Administração do Hospital de Santa Maria, consultor no Hospital Pulido Valente, S.A., no quadro da transformação dos hospitais em S.A.

Enquanto Director Executivo das Águas de Portugal para o Brasil, foi Presidente das empresas PROLAGOS, Águas do Brasil. Assumiu também as funções de administrador executivo, nas empresas SPEL – Sociedade Portuguesa de Explosivos, na EGF, sub-holding da IPE para a área de Resíduos Sólidos Urbanos, na Fundação de Oeiras, na PESCRUL, na IPETEX, na COMETNA, sendo igualmente membro dos Conselhos de gestão da VALORSUL e da GENERG.

Na área académica foi docente no ISEG, entre 1985 e 1988, e no Instituto Superior de Gestão (ISG) entre 1993 e 1999. Actualmente é professor convidado no ISG.

#### 1º. VOGAL: PROF. NUNO ALEXANDRE BALTAZAR SOUSA MOREIRA

Desde Novembro de 2005 – Vogal do Conselho de Gerência, e actualmente do Conselho de Administração da CP – Comboios de Portugal, E.P.E..

Entre 2005 e 2006 foi presidente do Conselho de Administração da Fergráfica e entre 2006 e 2008, Vogal do Conselho de Administração da mesma.

Licenciado em Engenharia Civil pelo Instituto Superior Técnico (IST), da Universidade Técnica de Lisboa, ramo de Estruturas, mestre em Investigação Operacional e Engenharia de Sistemas (1990) e doutorado em Engenharia de Sistemas pelo IST (2000).

No seu percurso profissional, exerceu como docente no Departamento de Engenharia Civil do Instituto Superior Técnico, que acumulou com as funções de Coordenador da Secção de





Urbanismo, Transportes, Vias e Sistemas e de Coordenador do Mestrado em Investigação Operacional e Engenharia de Sistemas.

Em paralelo à actividade de docente exerceu consultoria no âmbito da Engenharia de Sistemas a empresas do sector Ferroviário, Industrial e de Serviços.

Foi ainda Vice-Presidente do Centro de Sistemas Urbanos e Regionais do Instituto Superior Técnico e Vice-Presidente da Associação Portuguesa de Investigação Operacional.

## 2º. VOGAL: DR.ª CRISTINA MARIA DOS SANTOS PINTO DIAS

Desde Fevereiro de 2005, Director de Direcção na CP - Comboios de Portugal, E.P.E. com responsabilidade pelas áreas de Desenvolvimento Organizacional, Gestão da Mudança, Qualidade e Ambiente.

Licenciada em Economia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), da Universidade Técnica de Lisboa, 1985-1990 e Mestre em Economia e Política da Energia e do Ambiente (ISEG), pós-graduada em "Competitiveness of the European Railways", no European Training Centre for Railways (ETCR) - Brugge 1999 e em "Altos Estudos de Transportes" promovido pelo Instituto Superior de Transportes (ISTP), 1999-2000.

No seu percurso profissional foi membro do Conselho de Administração da Comissão Instaladora da Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa, da Comissão de Acompanhamento do projecto Metro ao Sul do Tejo, e do projecto Metro Ligeiro de Superfície na Circular Externa Algés – Falagueira. Foi também Assessora para as áreas de Economia, Finanças e dos Transportes do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Habitação do XV Governo Constitucional - Professor Doutor António Pedro de Carmona







qualidade exerce funções em empresas participadas pela CP, sendo presidente do Conselho de Administração da EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamentos Ferroviários, S.A., desde Novembro de 2006., tendo sido presidente da Fernave - Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, S.A entre 2006 e 2008. É actualmente vice-presidente da Associação Portuguesa de Energia.

É ainda membro dos comités de Gestão da CER – Community of European Railway and Infrastructure Companies e do Comité de Gestão da UIC – Worldwide International Organisation of the Railway - Europa desde Janeiro de 2007.

Com vasta experiência no sector dos transportes ferroviários, foi anteriormente Presidente do Conselho de Administração da Rede Ferroviária Nacional, REFER, E.P., (2000-2002), da RAVE – Rede Ferroviária de Alta Velocidade, S.A., (2001-2002), da Ferbritas - Empreendimentos Industriais e Comerciais, S.A., (2003-2006 e 1997-2000). Foi ainda engenheiro do Gabinete do Nó Ferroviário de Lisboa (GNFL) (1988-1990), vogal do Conselho Directivo (1990-1992) e vice-presidente do GNFL entre 1993 e 1997 e vogal do Conselho de Administração da Rede Ferroviária Nacional – REFER, E.P., (1997-2000). Foi igualmente presidente do Agrupamento Europeu de Interesse Económico Portugal - Espanha, AVEP – Alta Velocidade Espanha – Portugal, (2001-2002), vice-presidente da associação dos gestores europeus de infra-estruturas ferroviárias – EIM, (2002) e vogal do Conselho Superior de Obras Públicas e Transportes, na área de especialização em caminhos-de-ferro. Iniciou a sua carreira como engenheiro da empresa Caminhos de Ferros Portugueses - CP, E.P., em Outubro de 1982, integrando o quadro do Gabinete de Estudos e Projectos da Direcção de Equipamento.

É licenciado em engenharia civil pelo Instituto Superior Técnico, ramo de urbanização e transportes, com a média final de 14 valores (1980). Exerceu como docente da Pós-Graduação em





Engenharia Ferroviária, ministrada na Universidade Católica Portuguesa no ano lectivo de 2004/2005, na cadeira de Renovação e Upgrading da Infra-Estrutura Ferroviária.

**VICE-PRESIDENTE: DR. JOSÉ SALOMÃO COELHO BENOLIEL**

Actualmente Presidente do Conselho de Administração da CP – Comboios de Portugal E.P.E..

Elementos biográficos apresentados em ponto anterior deste documento.

**1º. VOGAL: DRº PAULO JOSÉ DA SILVA MAGINA**

Desde Julho de 2006, Vogal do Conselho de Gerência da CP - Caminhos de Ferro Portugueses, EP, e actualmente vogal do Conselho de Administração da CP – Comboios de Portugal, EPE., exercendo ainda funções em empresas participadas pela CP, sendo para o efeito vogal do Conselho de Administração da EMEF, presidente do Conselho de Administração da Fergráfica, Artes Gráficas, S.A. e vogal do conselho de administração da Eurofima.

Anteriormente foi adjunto do Gabinete da Secretária de Estado dos Transportes no XVII Governo Constitucional (2005-2006). Entre 2003 e 2006 desenvolveu o projecto da Infocapital, Representação Informática, S.A., na qual foi Presidente do Conselho de Administração e Chief Financial Officer, tendo sido igualmente consultor financeiro e assessor da administração de várias empresas. Entre 1996 e 2003 foi sócio do Fundo Europeu de Investimentos Euroknights IV e vogal do Conselho de Administração de várias empresas detidas pelo Fundo em vários sectores de actividade. Foi ainda director de Investimentos, Projectos e Concessões da Argos Soditic Portugal – Consultadoria, Lda. e analista sénior da Quifel SGPS, S.A., holding de investimentos privada





(1992-1996). Começou a carreira em 1991 como analista do Chemical Bank para as áreas de risco, crédito e mercado de capitais.

Tem uma licenciatura em Administração e Gestão de Empresas, pela Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, com a média de 15 valores (1991). Foi docente no PAFE – Programa Avançado de Finanças para Executivos, da Universidade Católica Portuguesa e docente convidado no MBA (Masters in Business Administration) da mesma Universidade, na disciplina de Planeamento Estratégico Financeiro (2004-2006).

## 2º. VOGAL: PROF. NUNO ALEXANDRE BALTAZAR SOUSA MOREIRA

Actualmente 1º Vogal do Conselho de Administração da CP – Comboios de Portugal E.P.E..  
Elementos biográficos apresentados em ponto anterior deste documento.

## 3º. VOGAL: DRº RICARDO BEXIGA

Foi vogal do Conselho de Gerência da CP - Caminhos de Ferro Portugueses, EP, e vogal do Conselho de Administração da CP – Comboios de Portugal, EPE. de Janeiro de 2008 a Janeiro de 2010. Nessa qualidade exerceu funções em empresas participadas pela CP., sendo presidente do Conselho de Administração da Fernave e vogal do Conselho de Administração do TIP – Transportes Intermodais do Porto.

Anteriormente foi membro dos Conselhos Directivos do INH – Instituto Nacional da Habitação e do IGAPHE – Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado, tendo participado na criação do IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana. Foi igualmente



membro da CAEOPP – Comissão de Alvarás de Empresas de Obras Públicas e Particulares, da CAECAL – Comissão de Análise e Estudos de Conjuntura e de Acompanhamento de Legislação, da Secretaria de Estado das Obras Públicas, e da Comissão de Acompanhamento do Acordo Social da EXPO 98 e participou em diversas comissões de revisão legislativa, designadamente nas áreas da contratação pública.

Foi ainda consultor da Deloitte & Touche e da Quaternaire Portugal e administrador da Dunadouro, Sociedade de Construções e da Hidrodesign.

Trabalhou como adjunto da Ministra do Ambiente e Chefe de Gabinete do Secretário de Estado da Competitividade e da Internacionalização no XIII Governo Constitucional. Foi Vereador da Câmara Municipal de Gondomar e Deputado da Assembleia da República na IX Legislatura. É Auditor de Defesa Nacional, do Instituto de Defesa Nacional.

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Católica do Porto (1987). Concluiu Pós-Graduações nas áreas do Direito Público, Gestão, Estudos Europeus e Ciência Política (Políticas Públicas).

## CONSELHO FISCAL

Presidente - Dr. Issuf Ahmad

Data de nascimento: 01 de Maio de 1953

Natural de Moçambique

Residência: Av. D. João II, Lote 1.13.03 – 3º. H, 1990-079 Lisboa





Habilitações Literárias: Licenciado em Economia em 1980 pela Faculdade de Economia do Porto (Portugal)

Cargos Exercidos:

- Ingresso no Quadro do Serviço de Auditoria da Inspeção-Geral de Finanças, em 1 de Junho de 1982, como inspector de finanças estagiário;
- Assessor do Secretário de Estado do Tesouro, no período de Setembro de 1986 a Março de 1987;
- Consultor e Consultor Principal do Gabinete para a Análise do Financiamento do Estado e das Empresas Públicas de 1987 a 1991;
- Subdirector-Geral do Gabinete para a Análise do Financiamento do Estado e das Empresas Públicas, de Maio de 1991 a Janeiro de 1993;
- Director-Geral do Gabinete para a Análise do Financiamento do Estado e das Empresas Públicas, de Fevereiro de 1993 a Maio de 1996;
- Director-Geral do Património do Estado de Maio de 1996 a Novembro de 2001;
- Membro do Conselho Directivo da FRESS – Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva, no período de Maio de 1996 a Novembro de 2001;
- Inspector de Finanças Superior Principal, de Dezembro de 2001 a Junho de 2003.
- Assessor do Director Geral dos Impostos, de Julho 2003 a Maio 2004;
- Inspector de Finanças Superior Principal, de Junho 2004 a Dezembro de 2004;





- Assessoria ao IPAD na gestão de projectos de cooperação e concepção de procedimentos de controlo interno no período de Janeiro de 2005 a Dezembro de 2007.

Outras Actividades Profissionais:

- Consultor Externo do Tribunal de Contas em 2006 e 2007;
- Presidente da Comissão de Fiscalização da CP – Caminhos de Ferro Portugueses, EP, desde Janeiro de 2002;
- Revisor Oficial de Contas desde 1991;
- Auditor do Centro Hospitalar de Lisboa Norte;
- Presidente do conselho fiscal da ANAM – Aeroportos e Navegação da Madeira, SA, de 1994 a 1996;
- Conselheiro do CES - Conselho Económico e Social, para o Sector Empresarial do Estado, de 1991 a 1996;
- Presidente da Comissão de Reestruturação do Sector da Construção e Reparação Naval, em 1993;
- Acompanhamento, conjuntamente com os Ministros das Finanças e das Obras Públicas e Transportes, do Grupo de Trabalho para a Reestruturação do Sector Ferroviário em Portugal, em 1993;
- Árbitro do Governo para os processos de indemnização em consequência da nacionalização do sector de transportes terrestres, em 1993;



- Representante do Estado na Parque Expo 98, SA, desde a sua constituição, em 1993, até Novembro de 1995;
- Vice-Presidente da Comissão do Livro Branco para o Sector Empresarial do Estado, em 1996;
- Representante do Ministério das Finanças na Comissão para a Travessia Ferroviária do Eixo Norte-Sul (travessia sobre a Ponte 25 de Abril) de 1992 a 1997;
- Presidente da Assembleia Geral da Parpública, SGPS, SA desde a sua constituição, em 1993, até Junho 2004;
- Participação na comissão de renegociação da dívida de Moçambique a Portugal, em 1988;
- Participação na cooperação com Angola, Moçambique e Cabo Verde, nas áreas de finanças públicas, empresas públicas e património estatal;
- Analista Financeiro no Gabinete de Estudos Económicos do BPA, no Porto, em 1981 e 1982;
- Consultor Financeiro de empresas, de 1980 a 1995;
- Realização do programa de visita oficial aos Estados Unidos da América, em 1994, a convite do Governo Federal Americano, através da respectiva Embaixada em Lisboa.

ROC - Dr. José Luís Areal Alves da Cunha

Licenciado em Finanças (1972/1973) pelo Instituto Superior de Economia (actual ISEG) da Universidade Técnica de Lisboa e Mestre em Gestão pela mesma Universidade desde 1986.

Iniciou a sua actividade profissional na Inspeção-Geral de Finanças (IGF), em Março de 1974, tendo posteriormente empreendido um percurso profissional no domínio da gestão empresarial





pública e privada. Em 1988, após aprovação em exame, inscreveu-se como Revisor Oficial de Contas (n.º 585 da respectiva Lista), actividade que, a partir de 1990, passou a exercer integrado na sociedade que fundou, actualmente denominada Alves da Cunha, A. Dias & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

A sua actividade como Revisor Oficial de Contas é actualmente exercida em diversas sociedades e entidades públicas e privadas, na qualidade de Fiscal Único ou integrando o órgão de fiscalização. Sob a sua responsabilidade têm sido realizadas múltiplas auditorias no âmbito do controlo dos fundos comunitários (FSE, FEDER, Fundo de Coesão).

É Professor Auxiliar Convidado do Instituto Superior de Economia e Gestão, sendo actualmente responsável pela disciplina de “Auditoria” da licenciatura em Gestão e de diversos mestrados. É também o responsável pela disciplina de “Financial Accounting” no MBA do ISEG, leccionando ainda matérias conexas em diversos cursos de Pós-graduação deste Instituto.

Vogal - Eng.º Carlos Fernando Moreira de Carvalho

#### 1. Dados pessoais

Carlos Fernando Moreira de Carvalho

Data de nascimento – 26 de Outubro de 1943

Nacionalidade portuguesa

Casado - BI nº 998221

Endereço profissional – Calçada do Duque, 20 Código Postal: 1249 – 109 Lisboa

Telefone local trabalho – 211023096

Telemóvel – 917278459









## Estatuto Remuneratório

Com as alterações ao Regime Jurídico do Sector Empresarial do Estado (RJSEE), aprovado pelo Decreto-Lei nº 558/99, de 17 de Dezembro, assim como, com a publicação do Estatuto do Gestor Público (EGP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 71/2007, de 27 de Março e posterior alteração, foram introduzidas regras de gestão tendentes a imprimir ao Sector padrões de exigência, rigor, eficiência e transparência.

Neste sentido, ao abrigo artigo 8º dos Estatutos da CP, aprovados pelo Decreto-Lei nº 137-A/2009, de 12 de Junho, conjugado com o nº 2 do artigo 28º do EGP, foi determinado por Despacho Conjunto dos Ministérios das Finanças e da Administração Pública e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, de 30 de Julho de 2009, com efeitos a 13 de Julho de 2009, o seguinte:

- Remuneração mensal fixa do Presidente do Conselho de Administração da CP – Comboios de Portugal, E.P.E. é de € 7.225,60 (sete mil duzentos e vinte e cinco euros e sessenta cêntimos);
- Remuneração mensal fixa do Vice-Presidente do Conselho de Administração da CP – Comboios de Portugal, E.P.E. é de € 6.719,81 (seis mil setecentos e dezanove euros e oitenta e um cêntimos);
- Remuneração mensal fixa dos Vogais do Conselho de Administração da CP – Comboios de Portugal, E.P.E. é de € 6.306,64 (seis mil trezentos e seis euros e sessenta e quatro cêntimos).

A remuneração mensal fixa de todos os membros do Conselho de Administração é paga catorze vezes ao ano.



Os membros do Conselho de Administração têm ainda direito aos seguintes benefícios: .

Benefícios sociais de aplicação generalizada a todos os trabalhadores da empresa;-

Utilização pessoal de viatura de serviço , com limite de renda mensal de € 1.000 para os Presidente e Vice-Presidente e de € 900 para os restantes membros do Conselho de Administração, limite dentro do qual se incluem despesas com seguro e manutenção;

- Utilização pessoal de telemóvel, com um plafond mensal.

Por sua vez, nos termos do Despacho do Ministro de Estado e das Finanças nº 5696-A/2010, de 25 de Março, foi decidida a não atribuição de prémios de gestão aos administradores públicos no ano de 2010.

Na sequência da publicação da Lei nº 12-A/2010, de 30 de Junho, a remuneração fixa mensal ilíquida dos gestores públicos foi reduzida em 5% a partir de 01 de Junho de 2010 (cfr. nº 1 do artigo 12º e nº 4 do artigo 20º).





## 6. REMUNERAÇÕES E OUTROS ENCARGOS COM O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

## Remunerações 2010 – De 1 de Janeiro de 2010 a 16 de Junho de 2010

Unid: €

	Presidente Engº Cardoso dos Reis	Vice- Presidente Dr. José Benotiel	Vogal Dr. Paulo Magina	Vogal Prof. Nuno Moreira	Vogal Dr. Ricardo Bexiga
<b>1. Remuneração</b>					
1.1. Remuneração base/Fixa	49.857	33.599	43.621	31.533	14.190
1.2. Redução decorrente da Lei 12-A (30/06/2010)	0	0	0	0	0
1.3. Remuneração base/Fixa efectiva (1.1. - 1.2.)	49.857	33.599	43.621	31.533	14.190
1.4. Senha de presença	na	na	na	na	na
1.6. Acumulação de funções de gestão	na	na	na	-2.531	na
1.7. Remuneração variável	na	na	na	na	na
1.8. IHT (isenção de horário de trabalho)	na	na	na	na	na
<b>2. Outras regalias e compensações (*)</b>					
2.1. Gastos na utilização de telefones	2.988	586	797	963	na
2.2. Subsídio de deslocação	na	na	na	na	na
2.3. Subsídio de refeição	631	453	432	453	na
2.4. Outras (identificar detalhadamente)	na	na	na	na	na
<b>3. Encargos com benefícios sociais</b>					
3.1. Regime convencionado	8.251	5.345	6.972	2.505 CGA	2.250
3.2. Seguros de saúde	83	83	83	83	83
3.3. Seguros de vida	110	110	110	110	110
3.4. Outros (Acidentes de Trabalho)	6	6	6	6	6
<b>4. Parque Automóvel</b>					
4.1. Marca	Mercedes	Mercedes	Mercedes	Mercedes	Mercedes
4.2. Modelo	E220CDIAvantg	E220CDIEleg	E220CDIEleg	E220CDIEleg	E220CDIEleg
4.3. Matrícula	98-FQ-05	98-FQ-03	23-FX-75	24-FX-03 e 98-FQ-33	
4.4. Valor de aquisição da viatura	na	na	na	na	na
4.5. Ano de aquisição da viatura/Renting	2008	2008	2008	2008	na
4.6. Valor de renda/prestação anual da viatura de serviço	5.768	5.523	5.223	11.046	na
4.7. Valor do combustível gasto com a viatura de serviço	1.041	1.319	2.277	3.160	na
4.8. Outros (identificar detalhadamente)					
Seguro	648	606	855	1.453	na
Via Verde	97	269	433	669	na
Estacionamento	1	25	1	na	na
Conservação e reparação	378	93	17	113	na
<b>5. Informações Adicionais</b>					
5.1. Opção pela remuneração do lugar de origem (s/n)	na	na	na	na	na
5.2. Regime convencionado	na	na	na	na	na
5.2.1. Segurança social (s/n)	na	na	na	na	na
5.2.2. Outro (s/n)	na	na	na	na	na
5.3. Exercício funções remuneradas fora grupo (s/n)	na	na	na	na	na
5.4. Outras (identificar detalhadamente)	na	na	na	na	na

\*Este quadro segue rigorosamente a minuta emitida pela DGTF. O CA entende não serem regalias os bens da empresa que utiliza para o exercício das suas funções.





## Remunerações 2010 – De 17 de Junho de 2010 a 31 de Dezembro de 2010

Unid: €

	Presidente Dr. José Benoliel	Vice- Presidente Dr. Vicente Pereira	Vogal Prof. Nuno Moreira	Vogal Drª Cristina Dias	Vogal Drª Madalena Paixão
<b>1. Remuneração</b>					
1.1. Remuneração base/Fixa	64.383	50.620	56.444	46.564	47.508
1.2. Redução decorrente da Lei 12-A (30/06/2010)	2.515	2.162	2.207	2.029	2.029
1.3. Remuneração base/Fixa efectiva (1.1. - 1.2.)	61.868	48.458	54.237	44.535	45.479
1.4. Senha de presença	na	na	na	na	na
1.6. Acumulação de funções de gestão	na	na	-5.062	na	na
1.7. Remuneração variável	na	na	na	na	na
1.8. IHT (isenção de horário de trabalho)	na	na	na	na	na
<b>2. Outras regalias e compensações (*)</b>					
2.1. Gastos na utilização de telefones	977	403	1.302	854	451
2.2. Subsídio de deslocação	na	na	na	na	na
2.3. Subsídio de refeição	906	782	878	727	809
2.4. Outras (identificar detalhadamente)	na	na	na	na	na
<b>3. Encargos com benefícios sociais</b>					
3.1. Regime convencionado	9.621	8.572	4.510 CGA	8.635	8.439
3.2. Seguros de saúde	96	96	96	96	96
3.3. Seguros de vida	127	127	127	127	127
3.4. Outros (Acidentes de Trabalho)	8	8	8	8	8
<b>4. Parque Automóvel</b>					
4.1. Marca	Mercedes	Mercedes	Mercedes	Mercedes	Mercedes
4.2. Modelo	E220CDIEleg	E220CDIEleg	E220CDIEleg	E220CDIAvantg	E220CDIEleg
4.3. Matrícula	98-FQ-03	24-FX-03	23-FX-75	98-FQ-05	98-FQ-33
4.4. Valor de aquisição da viatura	na	na	na	na	na
4.5. Ano de aquisição da viatura/Renting	2008	2008	2008	2008	2008
4.6. Valor de renda/prestação anual da viatura de serviço	5.523	5.523	5.523	5.768	5.523
4.7. Valor do combustível gasto com a viatura de serviço	1.319	1.424	2.277	1.041	1.736
4.8. Outros (identificar detalhadamente)					
Seguro	606	766	855	648	687
Acerto Km contrato	na	80.000	20.000	na	80.000
Via Verde	269	225	433	97	444
Estacionamento	25	na	1	1	na
Conservação e reparação	93	51	17	378	62
<b>5. Informações Adicionais</b>					
5.1. Opção pela remuneração do lugar de origem (s/n)	na	na	na	na	na
5.2. Regime convencionado	na	na	na	na	na
5.2.1. Segurança social (s/n)	na	na	na	na	na
5.2.2. Outro (s/n)	na	na	na	na	na
5.3. Exercício funções remuneradas fora grupo (s/n)	na	na	na	na	na
5.4. Outras (identificar detalhadamente)	na	na	na	na	na

\*Este quadro segue rigorosamente a minuta emitida pela DGTF. O CA entende não serem regalias os bens da empresa que utiliza para o exercício das suas funções.





## Órgão(s) de Fiscalização em todo o exercício de 2010

Mandato I e II

Unid: €

Presidente	14.258
ROC	23.676
Vogal	11.406



## 7. ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE

A CP rege-se pelos princípios da sustentabilidade, constituindo as vertentes ambiental e de responsabilidade social uma preocupação dominante, sem nunca esquecer a vertente económica. Pela sua vocação para o transporte de grandes massas de passageiros, maioritariamente recorrendo a tracção eléctrica, tem, à partida, um papel fundamental para a sociedade.

### Forma de Cumprimento dos Princípios Inerentes a uma Adequada Gestão Empresarial

A gestão da CP baseou-se nos princípios de Sustentabilidade e de Serviço Público que devem ser norteadores da sua actividade, tendo por base o Código de Conduta e Ética, já mencionado, e o continuado Controlo de Risco.

### Sistema de Gestão da Qualidade

A CP obteve a certificação total pela Norma ISO 9001 em 2008. Após este importante marco, a estratégia tem incidido na manutenção e no desenvolvimento dos vários Sistemas de Gestão da Qualidade implementados na Empresa:

- Manutenção dos Sistemas de Gestão da Qualidade - por meio de ajustamentos nos Manuais da Qualidade e Ambiente, nos Manuais de Processos, nos Mapas de Monitorização dos Indicadores dos Processos e nos Procedimentos da Qualidade. Estes ajustamentos são decorrentes das reestruturações organizacionais havidas, das auditorias internas e externas e das análises internas realizadas.
- No desenvolvimento dos Sistemas de Gestão da Qualidade a aposta tem incidido no seguinte:
  - Apresentação à REFER de uma proposta de Contrato de Regime de Melhoria de Desempenho;



- Concepção do modelo de “Avaliação da Conformidade Legal associados ao Produto / Serviço”;
- Reforço da cultura “Cliente Interno – Fornecedor Interno” através da celebração de vários Protocolos entre as UN’s e Unidades prestadoras de serviços;
- Revisão do procedimento “Sistema de Avaliação da Satisfação dos Clientes” tendo em vista melhor auscultar e responder às necessidades dos nossos Clientes com a incorporação de indicadores da responsabilidade também da REFER;
- Identificação de acções de melhoria dos processos, como consequência da sistemática monitorização trimestral do seu desempenho;
- Por fim, a gestão do Sistema de Sugestões dos Colaboradores, tem um papel fundamental, dado constituir um instrumento indispensável para melhorar o serviço prestado ao Cliente, melhorar a eficácia e eficiência dos processos internos, assim como promover um aumento da motivação e satisfação dos Colaboradores.

### **Políticas seguidas para garantir a eficiência económica, social e ambiental**

A CP tem uma prática histórica de audição dos seus *stakeholders*, até pelo seu papel estruturante da sociedade com um grande contribuinte para as políticas da sustentabilidade.

Ouviram-se os principais *stakeholders*, num processo contínuo ao longo do ano: Clientes, fornecedores, sindicatos, associações diversas, Municípios, Tutela, etc.

Como resultado desta audição implementou diversas acções tendo como base as preocupações na vertente económica (para reduzir os seus custos e incrementar os proveitos), na vertente ambiental (além da sua própria actividade que já de si constitui um grande contributo para a



sociedade, desenvolveu várias acções para poupança de energia, de papel e para permitir o transporte de bicicleta no comboio) e de responsabilidade social, tanto junto dos seus Colaboradores como dos restantes cidadãos.

Tem em curso um Sistema de Gestão Ambiental, que visa obter a certificação ambiental da empresa a breve prazo:

### **Sistema de Gestão Ambiental**

Durante o ano de 2010 foi dado seguimento ao desenvolvimento do processo de certificação do SGA - Sistema de Gestão Ambiental da CP.

Para o efeito realizaram-se os seguintes passos:

- Auditorias de concessão por parte da entidade externa credenciada (APCER - Associação Portuguesa de Certificação);
- Realização de auditorias internas;
- Consequente elaboração e aprovação dos planos de acções correctivas decorrentes das constatações levantadas em auditoria.

De entre as actividades resultantes do cumprimento dos referidos planos, podemos destacar as que se referem ao cumprimento da legislação e regulamentos ambientais aplicáveis aos aspectos ambientais associados à actividade da CP, mas também aquelas relacionadas com a sua eficiência energética, a melhoria da gestão dos seus recursos e o encaminhamento correcto de resíduos:

1. Aprovação do plano para o levantamento das redes de drenagem das águas residuais industriais (águas provenientes da lavagem de material circulante e de separadores óleo/água). Foi ainda aprovado o plano de actuação associado (2011 a 2013), e respectiva afectação de



verba, com vista à correcção das não conformidades detectadas no referido levantamento e foi solicitado o licenciamento dessas mesmas descargas;

2. Elaboração de novo procedimento (SGI CP PS 022) *“Manipulação de substâncias que empobrecem a camada de ozono em operações de manutenção e assistência de equipamentos fixos de refrigeração e de ar condicionado e bombas de calor”*, assegurando a adaptação decorrente do Regulamento (CE) 1005/2009;

3. Colocação de um modelo para o registo de funcionamento periódico dos geradores de alimentação de Emergência junto dos mesmos, de modo a garantir o registo actualizado do número de horas de funcionamento e do consumo de combustível anual, dando cumprimento ao n.4 do art. 21 do Decreto-Lei 78/2004 de 03 de Abril;

4. Redução da intensidade carbónica do transporte de passageiros através da execução do plano de racionalização de energia (elaborado no âmbito da auditoria energética realizada à Frota da CP) e das auditorias de certificação energética de edifícios;

5. Implementação do procedimento (SGI CP PS 007) *“Gestão de Resíduos de Construção e Demolição”*;

6. Alteração do procedimento (SGI CP PS 034) *“Gestão Global de Resíduos”*, de modo a considerar a participação de resíduos pós-emergência;

7. Alargamento do sistema de recolha selectiva (fileiras papel/cartão, plástico e vidro) às instalações de Cais do Sodré (estação), Cascais (estação) e Carcavelos (parque de material);

8. Introdução dos requisitos de resposta a situações de emergência ambiental nas Instruções de Exploração Técnica (IET) 186 (Plano de Emergência na Linha do Norte (Lisboa a Setil) e na Linha do Oeste (Mira Sintra/Meleças a Caldas da Rainha));



9. Revisão do procedimento (SGI CP PS 024) “*Preparação e Resposta a Emergência em Instalações*”, assegurando a adaptação decorrente do Decreto-Lei n. 147/2008 de 29 de Julho;
10. Realização de simulacros de preparação e resposta a emergência que permitiram exercitar e testar os procedimentos operacionais de emergência instituídos;
11. Disponibilização e afixação dos procedimentos de resposta a situações de emergência;
12. Introdução das competências ambientais “Orientação para a Qualidade e Ambiente” no Directório de Competências e no Manual de Acolhimento, ambos documentos básicos da CP;
13. Identificação das competências ambientais por tipologias de prestadores de serviço, estando em curso a introdução das respectivas cláusulas contratuais nos contratos a celebrar ou em renovação, com o objectivo de assegurar o controlo sobre os fornecedores/prestadores de serviço;
14. Implementação de instruções de trabalho que sistematizam as operações de manutenção dos separadores de hidrocarbonetos;
15. Revisão profunda de metodologia de avaliação de conformidade legal ambiental;
16. Identificação da totalidade dos regulamentos camarários de descarga de águas residuais em colectores municipais;
17. Envio à DGEG do relatório anual de execução do plano de racionalização de consumidores intensivos de energia de empresas de transporte relativo ao exercício de 2009;
18. Alargamento do projecto de entrega de consumíveis informáticos e de telemóveis usados para o projecto de Biorecuperação/AMI.

Nesta área identificam-se como principais riscos para a actividade e futuro da CP:



- A aplicação do Decreto-Lei n.º 147/2008 de 29/07, que estabelece o regime jurídico da responsabilidade por danos ambientais, estando em estudo uma proposta de cobertura dos riscos em causa, que deverá dar satisfação às exigências constantes da Lei;
- Assegurar as condições de segurança dos postos de gasóleo, previstas no Decreto n. 36270 de 9 de Maio de 1947;
- Adequar as instalações de lavagem de material circulante às lavagens químicas/decapantes, assegurando-se o tratamento das águas, e garantindo que é evitada a poluição dos solos.

Dado o difícil contexto da conjuntura, as políticas têm sido direccionadas para a vertente económica, tentando no entanto contribuir para as outras vertentes, por vezes sem grande acréscimo de custos mas pela vontade das equipas em promover uma postura de responsabilidade social. Assim, as políticas seguidas pela Empresa junto de toda a massa de Colaboradores e da sociedade em geral podem ser comprovadas pelo resumo de acções descrito seguidamente:

- **Vertente Económica**

A vertente económica, tendo sido desenvolvida nos restantes capítulos do Relatório, não será aqui abordada.

- **Vertente Ambiental**

A própria exploração da CP, com tracção sobretudo eléctrica, constitui um contributo ambiental muito importante para a sociedade.

Se a esse facto nos focarmos na grande massa de Clientes que transporta por comboio, compreende-se o seu papel ambiental. Por exemplo, cada comboio da linha de Sintra pode transportar 1300 passageiros, o que equivale à ocupação de cerca de 800 automóveis. Circulando







24 comboios por hora nos períodos de ponta, a linha de Sintra em cada hora oferece o equivalente a 19.200 automóveis.

A CP e EMEF viram o seu trabalho reconhecido pela atribuição do 1.º lugar do Prémio “Inovar e Cooperar” com o projecto “Optimização de Consumo de Energia Eléctrica nas UME’s 3400”, o qual permite importantes poupanças a nível de energia de tracção pela monitorização e controlo do consumo energético nas unidades automotoras em circulação na CP Porto. O 2º lugar foi igualmente atribuído à CP pelo projecto “CP.mobi”, o qual torna possível, a partir de um telemóvel, consultar horários ou contabilizar as vantagens ambientais da utilização do comboio em relação ao automóvel através do simulador ambiental, denominado “ECOviagem CP”.

As inovações que permitiram poupanças no consumo de papel consistiram nos projectos de bilhética sem contacto (já referido atrás), no de facturação electrónica dos fornecedores (estando em funcionamento um piloto com a GALP, stakeholder importante da CP) e na implementação da requisição electrónica, a qual permite que as instituições que emitem guias de transporte o possam fazer de modo electrónico, facilitando e eliminando necessidades de papel no processamento das contas correntes com estes stakeholders.

Ainda com o mesmo objectivo de poupança de papel, a CP Longo Curso tem patrocinado o incremento da comunicação on line e implementou uma aplicação informática para gerir os perdidos e achados (abandonados). Tem ainda incentivado o Cliente que apresenta Reclamações/Sugestões para a utilização do Site para colocar as suas exposições com vista a reduzir a quantidade de RSF, sendo a resposta enviada pela mesma via.

No Porto encontra-se em teste numa unidade automotora um novo *software* para temporização da iluminação para modo *stand-by* (cerca de 25% de iluminação).



A CP Regional também levou a cabo diversas acções destinadas a poupar energia de tracção: substituiu, na Linha do Algarve, as UTD's 600 (Unidades Triplas Diesel) por UDD's 600 (unidades Duplas). Com esta medida, reduziu o consumo médio por Km, na Linha do Algarve em 12,89% (de 1,94 litros / km, para 1,69 litros / km). Continuou a sensibilizar os maquinistas para uma condução eficiente e que reduza os consumos de energia para tracção, através da realização de acompanhamentos nos comboios. De 2009 para 2010 foram reavaliados os reforços de oferta, executados em tracções múltiplas, tendo reduzido os quilómetros realizados pelas séries de material, de 1.060.164 km, para 921.263 km em 2010 (uma redução de 13%) e consequentemente a energia consumida para tracção.

A Federação Portuguesa de Cicloturismo e Utilizadores de Bicicleta (FPCUB) estabeleceu uma parceria com a CP Lisboa. No seguimento da parceria foram auscultados os associados no *site* da federação, no sentido de sugerirem estações onde desejavam que a CP investisse em estacionamento para bicicletas. Com base no resultado do inquérito, foi iniciado o plano de instalação dos referidos equipamentos e efectuada posteriormente uma campanha informativa.

Por fim, na sequência da inauguração da variante de Alcácer do Sal o tempo de viagem em Alfa Pendular entre Porto e Algarve sofreu uma redução superior a 10 minutos, o que permite ganhos energéticos e torna o serviço mais atractivo, prevendo-se um aumento de procura, o qual se traduz sempre em ganhos ambientais.

- **Vertente Social**

Como resultado das suas políticas, a CP foi considerada como *Prime* e uma das melhores empresas no sector dos transportes ferroviários pela classificação obtida na área de ambiente e social pela Oekom Research.





No âmbito de acções de responsabilidade social, foram transportados cerca de 1800 jovens de bairros carenciados na área limítrofe da linha de Sintra, ao abrigo de um projecto conjunto entre a CP Lisboa e um agrupamento de escolas da Amadora. Estas acções conjugaram as viagens de comboio com diversas actividades lúdicas, culturais e desportivas, desde teatros a torneios desportivos ou concertos de música, entre outros.

Também nesta dimensão a CP Lisboa apoiou variadas entidades de cariz social, com a cedência de espaços em estações para acções de angariação de fundos e apoios.

No seguimento da política de fomentar o transporte de comboio entre os mais jovens para os tornar prescritores do transporte público, a CP Lisboa promoveu o transporte de grupos de crianças e jovens a um preço simbólico de 1€ por viagem, independentemente do percurso, tendo assim transportado 1555 grupos em 2010.

A segurança dos seus Clientes é uma preocupação constante da CP. Assim, no ano de 2010 a CP finalizou a instalação da primeira fase de equipamentos de controlo de acessos às plataformas e preparou o processo da segunda fase para 12 estações adicionais. Estes equipamentos só permitem a entrada nas plataformas e comboios a portadores de título de transporte válido. Embora tenham um efeito muito importante sobre o controlo da fraude, contribuíram, por esse motivo, para transformar completamente a ambiência das estações onde foram instalados, sendo notável o aumento da sensação de segurança dos Clientes e, inclusivamente, a melhoria da limpeza.

A preocupação com os Clientes com necessidades especiais foi espelhada no projecto de Revisão das Unidades Quádruplas Eléctricas ao serviço nas linhas de Sintra, Azambuja e Sado. Nestas Unidades Automotoras foram criadas condições para o transporte de pessoas de mobilidade





reduzida. Por esse projecto, a CP ficou classificada em 2.º lugar no Prémio “Acessibilidade aos Transportes”.

No final do ano de 2010 foi assinado um protocolo entre a CP e as seis Associações mais representativas de deficientes e foi constituído o Conselho Consultivo das Pessoas com Necessidades Especiais.

Para os Clientes com necessidades especiais foi implantado um piloto em algumas estações de um *help point* que permite a venda remota a Clientes com dificuldade na aquisição do seu título de transporte nas máquinas de venda automática da CP Lisboa. Este sistema funciona mediante o accionamento, por parte do Cliente, de um botão na máquina, o qual está ligado ao Centro de Serviço de Campolide. O Operador do Centro de Serviço atende a chamada e efectua de forma remota a venda pretendida pelo Cliente.

Tendo em conta o cuidado com as condições de trabalho dos Colaboradores, foram instaladas plataformas de acesso ao material circulante nas linhas de estacionamento de várias estações da CP Regional.

### **Gestão do Capital Humano**

No final de 2010 o quadro de efectivos vinculados da CP era de 3.241 colaboradores, menos 67 que no ano anterior, resultado do saldo entre as 144 saídas e 77 entradas.

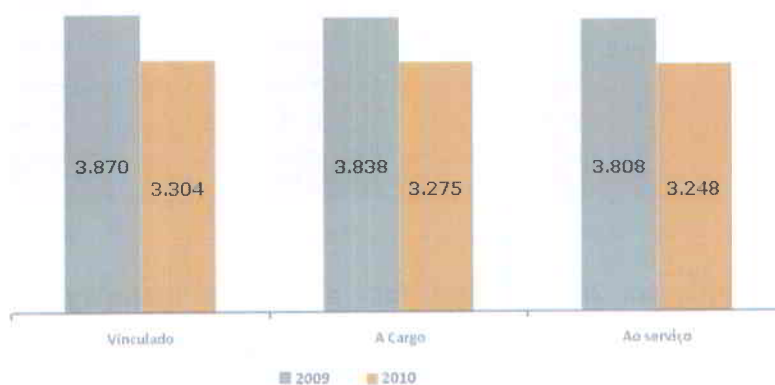
O efectivo médio vinculado foi de 3.304 colaboradores, ou seja 14,6% inferior ao de 2009. Recorda-se que em 2009 houve a constituição da CP Carga, SA por autonomização, com transferência de efectivos para aquela empresa.



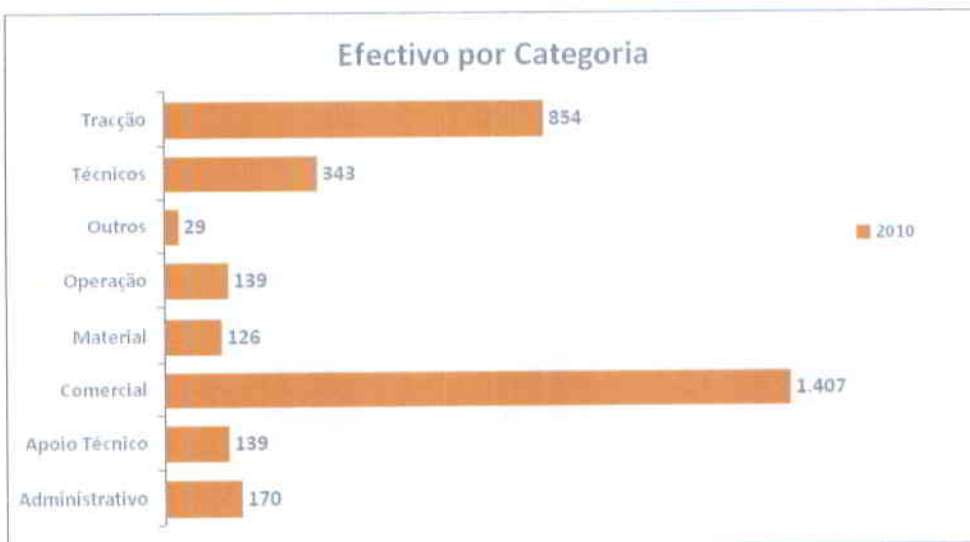
Efectivo a 31 de Dezembro

	2009	2010	10 - 09
Vinculado	3.308	3.241	-67
A Cargo	3.283	3.212	-71
Ao serviço	3.256	3.187	-69

Efectivo Médio



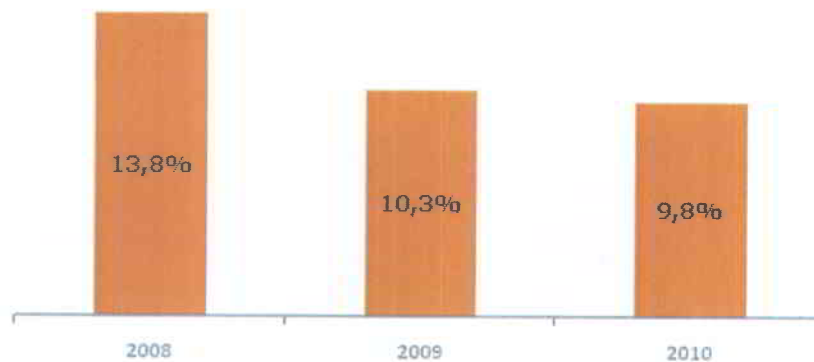
Efectivo por Categoria





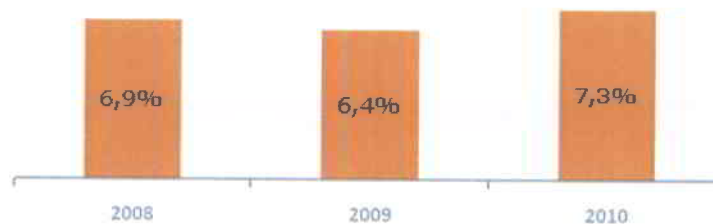
Em 2010 o volume de trabalho suplementar diminuiu 17,94% em relação ao ano transacto e registou-se, simultaneamente, uma queda inferior a 1 ponto percentual na taxa de trabalho suplementar.

Taxa de trabalho Suplementar



A taxa de absentismo, em 2010, cresceu face ao período homólogo em 0,87 p. percentuais, embora os motivos mais predominantes do absentismo como a doença e os acidentes de trabalho tenham diminuído.

Taxa de Absentismo





A actividade da CP, embora muito intensiva em capital, obriga a uma importante força laboral, a qual tem vindo a reduzir-se ao longo dos anos devido a ganhos de produtividade da empresa, mas ainda assim, de nota, principalmente se tivermos em conta a abrangência nacional da Empresa. Este facto confere à CP um importante papel na responsabilidade social.

A CP promove a total igualdade de oportunidades junto dos seus Colaboradores, sem distinções de género, ideologia ou raça ou qualquer discriminação tanto no recrutamento como na evolução profissional ou na atribuição salarial relativamente a cada função.

Aposta na formação profissional adequada, conforme se pode avaliar nos dados fornecidos seguidamente e, atenta ao equilíbrio entre a vida pessoal e profissional, permite uma falta justificada por quadrimestre a todos os trabalhadores.

Tendo por objectivo a manutenção da proficiência dos seus colaboradores, a empresa, ao longo de 2010, realizou um total de 665 acções de formação para os profissionais das várias categorias, com um volume de 71.779 horas de formação, a envolver 3731 participantes. De acordo com o modelo de formação adoptado pela empresa, as acções realizadas foram desenvolvidas no âmbito de um Plano Anual de Formação que incluiu formação técnica, em gestão e comportamental, inicial e contínua, cuja execução competiu, maioritariamente, à associada Fernave, por razões que se prendem com a especificidade da realidade empresarial, sobretudo no domínio técnico.

Na área da prevenção da sinistralidade laboral continuaram a desenvolver-se as actividades inerentes à Protecção da Saúde e Prevenção dos Riscos Profissionais, com especial enfoque na informação e formação sobre boas práticas seguras e salutaras e na prevenção de acidentes, com os objectivos de reduzir o absentismo e aumentar a produtividade.





Anualmente facilita o acesso dos filhos dos Colaboradores a colónias de férias no período de férias escolares.

No âmbito da Higiene, Segurança e Medicina do Trabalho promove a manutenção da boa condição física e psíquica dos seus Colaboradores, através da ECOSAÚDE, empresa do Grupo CP. Disponibiliza ainda a todos os Colaboradores um seguro de saúde, com condições muito atractivas.

## I & D e Inovação

A integração de novas tecnologias no processo produtivo na CP dirigiu-se a dois vectores distintos, de crucial importância para a sustentabilidade: o material circulante e os sistemas de venda e controlo.

Em termos de material circulante a CP, em parceria com a EMEF desenvolveram o projecto “Optimização de Consumo de Energia Eléctrica nas UME’s 3400”, que consiste na monitorização e controlo do consumo energético nas unidades automotoras em circulação na CP Porto, com vista à poupança de energia de tracção.

No que respeita aos sistemas de venda, no projecto de bilhética sem contacto, no ano anterior, iniciou-se a venda de passes mensais da CP e combinados com os Operadores da Região de Lisboa nas máquinas Multibanco. No entanto, por razões técnicas, só durante o ano de 2010 foi possível colocar neste canal de venda os títulos mensais destinados aos jovens: os passes 4\_18 e Sub\_23. Esta medida permitiu facilitar a compra de passes a um segmento da população com maior apetência pelas compras electrónicas.





Ainda na CP Lisboa, foi colocado ao serviço o modo de pagamento com cartão Multibanco, tanto nas novas máquinas de venda automática como nas bilheteiras e iniciado o serviço em algumas estações piloto da facilidade de *help point* nas máquinas, o que permite a venda remota a Clientes invisuais ou com qualquer tipo de dificuldade na aquisição de títulos de transporte.

O projecto de controlo de acessos às plataformas, iniciado em 2009, permitiu controlar grande parte das estações da Linha de Sintra e as principais da linha de Cascais, permitindo a 2ª fase, lançada em 2010, controlar a totalidade das estações da linha de Sintra, aquela onde os níveis de fraude atingem valores mais elevados, na ordem dos dois dígitos.

Por último, a CP participou nos dois projectos em desenvolvimento na OTLIS, o “Cartão Bancário” e o “*Mobile Ticketing*”.

O “Cartão Bancário” consiste num cartão VISA que, ao passar num validador de um Operador de Transportes de Lisboa, efectua de imediato o débito do valor do bilhete na conta do Cliente, ao mesmo tempo que regista a existência de um título válido no próprio cartão VISA para efeitos de fiscalização do Operador. Trata-se assim de um cartão com a valência bancária e de transportes.

O “*Mobile Ticketing*” consiste num projecto para a aquisição pelo telemóvel do passe mensal e do seu armazenamento no “*chip*” do telemóvel, passando assim o telemóvel a ter uma nova valência de servir como título de transporte. Este projecto terá toda a relevância com o aparecimento da nova geração de telemóveis com NFC (“*Near Field Communication*”) cujo lançamento os fabricantes estão a anunciar quase diariamente.





## 8. CUMPRIMENTO DOS PRINCÍPIOS DO BOM GOVERNO

A CP assegura o cumprimento das orientações e princípios de bom governo constantes da Resolução de Conselho de Ministros (RCM) n.º 49/2007 de 28 de Março de 2007, dirigidos às Empresas do Sector Empresarial do Estado.

Efectivamente, dispõe de um Programa de Transformação Estratégica para o período 2007/2010 onde se encontram definidos a Visão, Objectivos Metas e Resultados expectáveis para este período.

Anualmente dispõe de um Plano de Actividades e Orçamento que inclui as acções, investimentos, objectivos e metas previstos para o ano a que respeitam, e o Relatório e Contas referente à actividade desenvolvida no ano anterior, auditado por entidade independente.

Elabora ainda um Relatório de sustentabilidade onde nomeadamente constam Políticas prosseguidas para assegurar a eficiência nas Vertentes Económica, Ambiental e Social e a contribuição da CP para o Desenvolvimento sustentável. Garante assim um contributo ambiental para a sociedade, a promoção da efectiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres e um tratamento equitativo a todos os clientes e fornecedores.

Estes documentos são submetidos à aprovação das Tutelas sectorial e financeira.

Encontra-se implementado um sistema de controlo de actividade na empresa com o objectivo de acompanhar e promover a realização dos objectivos estabelecidos, o qual se reporta trimestralmente às Tutelas.



A CP cumpre com as obrigações relativas ao Código de Ética, Controlo de Risco, Prevenção de Conflitos de Interesses e de Divulgação de Informação nos Sites do SEE e da Empresa e no Relatório e Contas, cujo desenvolvimento consta em pontos subsequentes deste Relatório.

### 9. CUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES, DESPACHOS E LEGISLAÇÃO DIVERSA

Tendo em conta a conjuntura económica, em 2010 foi apresentado pelo Governo e aprovado pela Assembleia da República (Resolução n.º29/2010, de 25 de Março) o Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) para o triénio 2010-2013, visando a consolidação das contas públicas, bem como, a Lei nº 12–A/2010, de 30 de Junho, contendo medidas adicionais relativas à consolidação orçamental de molde a reforçar e acelerar a redução do deficit e o controlo do crescimento da dívida pública.

De entre as medidas aprovadas, destacam-se a redução em 5% na remuneração fixa mensal ilíquida dos gestores públicos e a diminuição das transferências do Estado para o Sector Empresarial do Estado.

Na prossecução do esforço colectivo que se exige, objectivando a melhoria da economia nacional, a CP encontra-se também adstrita às “Orientações sobre política salarial no sector Empresarial do Estado”.

Em 2010 as orientações sobre as negociações foram cumpridas, não se tendo procedido a qualquer tipo de actualização ou revisão salarial.

Na empresa não existem prémios de gestão. A todas as medidas que lhe foram aplicáveis a CP-Comboios de Portugal, E.P.E. deu, naturalmente, estrito cumprimento.





## 10. CÓDIGO DE CONDUTA E ÉTICA

O Código de Ética da Empresa encontra-se em vigor desde 2007 e consubstancia um conjunto de valores e princípios que se pretendem relevantes para a criação de um clima organizacional e económico eticamente sustentável.

Em 2010 foi aprovado o Regulamento da Comissão de Ética que reflecte o seu funcionamento e que se encontra disponível na intranet para consulta dos profissionais que integram a Empresa.

O Código e a Comissão de Ética foram criados para explicitar os comportamentos desejados para a organização e para os seus membros e, para resolver, esclarecer ou propor medidas sobre as questões que se relacionam com o âmbito do Código.

Neste contexto, durante o ano de 2010, a Comissão de Ética elaborou dois pareceres que foram enviados ao Presidente do Conselho de Administração conforme o regulamento em vigor.

O texto integral do Código de Ética da CP encontra-se disponível na intranet e no website oficial da empresa [www.cp.pt](http://www.cp.pt)

## 11. CONTROLO DE RISCO

Actualmente a CP dispõe de documentação de suporte ao processo de Gestão de Risco, o qual teve início em 2007 com a realização de um Inquérito à Gestão de Risco Empresarial utilizando a metodologia de Auto Avaliação da Gestão de Risco. O trabalho realizado permitiu identificar os principais riscos enfrentados pela CP. O exercício de identificação de risco não foi repetido em 2009/2010 em virtude de se ter iniciado o lançamento do Projecto



de Desenvolvimento Metodológico. Este projecto é entendido como uma progressão natural do inquérito ao risco, uma nova etapa de amadurecimento, na medida em que visa complementar a identificação com um processo de quantificação e avaliação dos riscos e de optimização dos controlos inerentes aos processos de gestão.

No entanto, a síntese dos riscos chave foi actualizada em 2010, tendo-se identificado como riscos chave os seguintes:

- ✓ Riscos de Segurança Operacional (Safety), concretamente riscos de acidente ou incidente, com a conseqüente perda de activos e pagamento de indemnizações;
- ✓ Riscos Financeiros, relacionados com os custos de financiamento devido ao downgrade do rating do Estado Português e com dificuldades de financiamento em virtude das restrições de crédito por parte do sistema bancário português; Distribuição das receitas do Passe Intermodal na região de Lisboa desajustada da real oferta da CP e da respectiva procura por parte dos passageiros utilizadores deste tipo de passe mensal; Distribuição da receita do Andante na região do Porto indexada ao número de validações e não aos passageiros /km transportados. Dado que os trajectos ferroviários são, em geral, superiores aos dos outros modos de transporte, a CP recebe por km uma receita inferior;
- ✓ Risco de não contratualização do Serviço Público, com impacto directo no nível de indemnizações compensatórias recebidas, insuficientes e que obrigam a um crescente passivo, o qual se torna ainda mais oneroso, pela existência da crise financeira que dificulta a obtenção de fundos;
- ✓ Risco de mercado influenciado por factores internos e externos, nomeadamente, a rigidez da procura, o nível de actividade económica, a competitividade decorrente da melhoria constante das vias rodoviárias, reduzindo os tempos de trajecto das deslocações em transporte individual, o que amplifica a feroz concorrência do TI e da facilidade de









Administração são apresentadas ao Tribunal Constitucional as respectivas Declarações sobre o Valor do Património e Rendimentos dos Titulares de Cargos Políticos e Equiparados.

Após a tomada de posse dos membros do Conselho de Administração é também depositada na Procuradoria-Geral da República, dentro do prazo legal, a respectiva Declaração de Inexistência de Incompatibilidades ou Impedimentos, contendo todos os elementos necessários à verificação do cumprimento das disposições legais sobre a inexistência de incompatibilidades e impedimentos - Lei 64/93, de 26 de Agosto e Decreto-Lei nº 71/2007, de 27 de Março. Além disso os membros do Conselho de Administração declaram no início de cada mandato, e sempre que se justificar, ao órgão de administração e ao órgão de fiscalização, bem como à Inspeção-Geral de Finanças, quaisquer participações que detenham na empresa, bem como relações relevantes que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, susceptíveis de gerar conflitos de interesse.

Segundo a RCM N.º 49/2007, os membros dos órgãos sociais das empresas públicas devem abster-se de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas.

Tendo em vista igualmente a prevenção de conflitos de interesses, cada membro do Conselho de Administração identifica as despesas por si realizadas, as quais são sempre validadas por outro membro do Conselho.

A CP tem em vigor o seu Código de Ética desde 2007, o qual salvaguarda no seu capítulo X questões relacionadas com conflitos de interesse, devendo cada individuo assegurar-se de que os seus comportamentos estão em conformidade com os princípios nele enunciados.



### 13. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO

A CP cumpre as obrigações de informação estabelecidas na Resolução de Conselho de Ministros n.º49/2007 de 28 de Março e nas sucessivas alterações em documentos posteriores, v.g. o despacho n.º 14277/2008 do Gabinete do Ministro das Finanças e da Administração Pública, através da elaboração, submissão à aprovação das Tutelas sectorial e financeira e divulgação interna e externa através de suportes documentais produzidos para o efeito dos seguintes documentos:

- ✓ Programa de Transformação Estratégica para o período 2007/2010 onde se encontram definidos a Visão, Objectivos, Metas e Resultados expectáveis para este período;
- ✓ Plano de Actividade e Orçamento que incluem acções, investimentos, objectivos e metas previstos para o ano a que respeitam e o Relatório e Contas referente à actividade desenvolvida no ano anterior, auditado por entidade independente;
- ✓ O Relatório de sustentabilidade onde nomeadamente consta a contribuição da CP para o Desenvolvimento sustentável;
- ✓ Orçamentos anuais com as estimativas das operações financeiras com o Estado;
- ✓ Planos de Investimentos anuais e plurianuais e respectivas fontes de financiamento;
- ✓ Relatórios trimestrais de execução dos Instrumentos Previsionais de Gestão, acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização.

Estes documentos são ainda disponibilizados para o interior e exterior da empresa através de um canal de Internet, onde consta informação corporativa e institucional e informação relevante respeitante a cada um dos Órgãos/Unidades de Negócios.



A CP dispõe de um sistema de controlo de actividade na empresa com o objectivo de acompanhar e promover a realização dos objectivos estabelecidos.

#### 14. INFORMAÇÃO SOBRE TRANSACÇÕES RELEVANTES

Os procedimentos adoptados pela CP são os legais aplicáveis pelo Código da Contratação Pública (CCP), os referidos no Regulamento de Compras em vigor e nas Condições Gerais de Aquisição de Bens e Serviços.

A lista de fornecedores que representam mais de 5% dos Fornecimentos e Serviços Externos, com facturação ultrapassando 1 milhão de Euros, consta dos quadros que a seguir se apresentam:

- Transacções relevantes com entidades relacionadas

Fornecedor	Montante sem IVA	Moeda
EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, SA	37.548.090,03	EUR





- Transacções relevantes com outras entidades

Fornecedor	Montante sem IVA	Moeda
REDE FERROV. NACIONAL REFER EP	49.388.648,96	EUR
EDP SERVIÇO UNIVERSAL, S.A.	13.928.301,99	EUR
PETRÓLEOS DE PORTUGAL-PETROGAL	6.455.158,71	EUR
SERVIRAIL-SERV.REST.E HOTELARI	3.828.257,07	EUR
CHARON	3.468.414,72	EUR
ISS FACILITY SERV.GEST.MAN.EDI	3.073.911,18	EUR
COMP. CARRIS DE FERRO DE LX-SA	2.978.914,59	EUR
SCOTTURB-TRANSPORTES URBANOS,	2.423.151,82	EUR
ENDESA ENERGIA S.A. (SUC.PORTUGAL)	2.305.332,55	EUR
AON PORTUGAL-COR.SEGUROS, SA	2.051.958,55	EUR
BOMBARDIER TRANSPORT. PORTUGAL	1.878.175,74	EUR
ENDESA ENERGIA, SA, UNP	1.844.040,51	EUR
ETAC-EMP.TRANSP.ANTÓNIO CUNHA,	1.835.260,16	EUR
CLIMEX-CONTROLO DE AMBIENTE, LD	1.777.566,12	EUR
TST-TRANSPORTES SUL DO TEJO SA	1.693.231,76	EUR
VIMECA TRANSPORTES-VM.CARNAXID	1.557.096,11	EUR
METROPOLITANO DE LISBOA E.P.E.	1.464.830,58	EUR
GRUPO 8	1.282.652,62	EUR
DIREC.NACIONAL DA POLIC.SEG.PÚ	1.187.644,32	EUR
RODOVIÁRIA DE LISBOA, SA	1.009.435,02	EUR

No âmbito dos procedimentos adoptados relativamente aos contratos de prestação de serviços de valor igual ou superior a € 125.000 (Despacho nº 438/10-SETF, de 10 de Maio – divulgado através do Ofício 6132/2010 de 6 de Agosto), refere-se a da obrigação de qualquer Órgão da empresa ter de justificar, quando solicita autorização ao Conselho de Administração para efectuar despesa no valor de 125.000,00€ ou superior, a necessidade da aquisição e objectivos a alcançar, a necessidade de contratar entidades externas face à ausência de recursos internos, assim como os resultados obtidos



com o investimento e respectivos desvios. Assim, todas as aquisições foram feitas de acordo com o referido Despacho.

#### 15. CRITÉRIOS DE IMPUTAÇÃO DOS GASTOS DE ESTRUTURA OPERACIONAIS POR UNIDADE DE NEGÓCIO

O Conselho de Administração para uma mais correcta valorização dos serviços da CP, deliberou imputar às Unidades de Negócio o Resultado Operacional apurado para os restantes Órgãos.

O critério de imputação foi a repartição em função dos gastos operacionais das Unidades.

(mil €)

Serviços / Produtos	Proveitos Operacionais	Custos Operacionais	Resultado Operacional	Resultado Operacional após imputação
Urbano de Lisboa	77.314	92.477	-15.163	-11.118
Urbano de Porto	21.731	38.244	-16.513	-14.840
Médio e Longo Curso	88.229	86.792	1.437	5.233
Regional	31.934	91.358	-59.424	-55.428
Restantes	89.397	75.887	13.510	0
<b>Resultado Operacional</b>	<b>308.605</b>	<b>384.758</b>	<b>-76.153</b>	
Aumento de Justo valor Participadas				56.026
Resultados Financeiros				-27.397
Imposto sobre o Rendimento				-147.406
				-268
<b>Total CP</b>	<b>308.605</b>	<b>384.758</b>	<b>-76.153</b>	<b>-195.197</b>

\* Resultado antes de aumento de justo valor, perdas imputadas a participadas, gastos financeiros e impostos

#### 16. INFORMAÇÃO SINTÉTICA SOBRE AS INICIATIVAS DE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL E COMERCIAL

Em 2010 a CP levou a cabo várias acções de comunicação com o objectivo de promover os seus produtos e serviços. Estas acções foram executadas tendo em conta os objectivos específicos de cada uma e os seus mercado alvo.

As principais acções foram:







### Imagem da Campanha (cartaz e folheto)



### Sud Expresso – Março 2010

Com esta campanha, para além do aumento de notoriedade, pretendeu-se comunicar o novo material circulante afecto a este serviço, a Clientes individuais, famílias ou grupos de emigrantes com necessidade de deslocações internacionais.

Foi realizada campanha de meios com spot de rádio e passatempo na Rádio Renascença em que se ofereceu uma viagem de ida e volta para 2 pessoas no Sud - Expresso.

A comunicação contou com produção e distribuição de peças gráficas (cartazes, folhetos, encosto de cabeça para comboios) bem como comunicação no site CP (banner, mailing e newsletter).





### Imagem da Campanha (cartaz e folheto)



### Linha do Sado – Março 2010

Esta campanha teve como objectivo dinamizar a procura da Linha do Sado, da CP Lisboa, evidenciando os pontos fortes decorrentes do novo horário que passou a ter uma frequência de 30 minutos durante todo o dia, aos dias úteis.

A comunicação pretendeu promover o comboio e da Linha do Sado como meio de deslocação privilegiado para “o centro” de Lisboa e também para deslocações entre estações da Linha, nomeadamente para o centro de Setúbal.

O plano de investimento em media (imprensa regional, rádio e exterior) foi complementado com a produção e distribuição de peças gráficas (cartazes, folhetos e roll up) bem como comunicação no site CP (banner, mailing e newsletter).



**Imagem da Campanha** (anúncio de imprensa com voucher de oferta e imagem de “óculo” traseiro para autocarros)



### RockCard CP – Abril

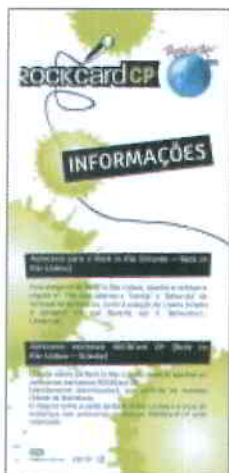
A campanha teve como objectivo principal promover a venda do produto RockCard CP e fidelizar o mercado dos produtos de lazer, segmento grandes concertos.

Sob o mote, EU VOU DE COMBOIO, o plano de investimento em media foi canalizado para a internet e decorreu entre o dia 8 de Março e 23 de Abril.

Foi ainda complementado com a produção e distribuição de peças gráficas (cartazes e folhetos) na rede da CP e nos seus meios electrónicos.



## Imagem da Campanha (Monofolha)



### Rock in Rio 2010 – Maio

Com o objectivo de promover a utilização do transporte público, visando a sua maximização e massificação, foi realizada uma campanha de comunicação conjunta, envolvendo todos os operadores de transporte público de Lisboa.

Esta campanha visou transmitir a mensagem de que os Transportes Públicos eram o meio privilegiado para a deslocação nos centros urbanos e a nível interregional para o evento.

A Coordenação do plano de meios esteve a cargo do Metropolitano de Lisboa, teve uma duração de 15 dias em rádio, e visou atingir 2.000.000 contactos.

O plano de investimento em media foi ainda complementado com a produção e distribuição de peças gráficas (cartazes) nos comboios e estações e em meios electrónicos.



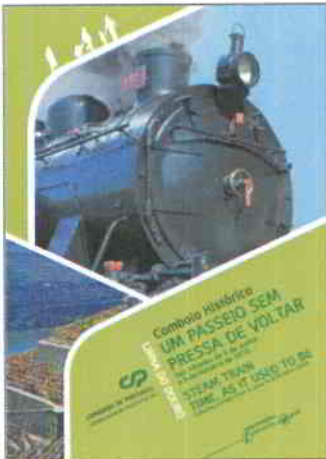
### Comboio Histórico – Maio 2010

Com o objectivo de potenciar o aumento da notoriedade do produto Comboio Histórico foi realizada campanha de comunicação destinada a Clientes individuais, famílias ou grupos que viajem essencialmente por motivos de lazer (actuais e potenciais clientes).

A referida comunicação promoveu uma viagem única ao passado num comboio com carruagens históricas e locomotiva a vapor que percorrem a distância que vai da estação da Régua à estação do Tua, num percurso à beira rio, marcado pela beleza da paisagem, classificada pela UNESCO como Património da Humanidade.

O plano de investimento em media (rádio e Internet) foi complementado com a produção e distribuição de peças gráficas (cartazes, folhetos e trip book) bem como comunicação no site CP.

### Imagem da Campanha (Cartaz)



### GRUPOS – Maio - Junho / Outubro

Em face da necessidade de dinamizar activamente as ofertas especiais orientadas para o target “Crianças Grupos e Famílias” e de promover o negócio das viagens de grupo/ofertas especiais,



transversalmente a todos os serviços avançou-se em Maio de 2010 para uma acção de comunicação faseada por forma a assegurar continuidade:

\_ a 1ª vaga de comunicação (Maio) consistiu numa campanha de meios on line (sites Lazer) e publireportagem de duas páginas nas Fugas do Público. Foi ainda realizado um Passatempo no Lifecooler de 2 a 15 de Junho “*Vontade de Fazer um Viagem Diferente?*” com oferta de viagens de comboio.

\_ em Setembro foi iniciada uma comunicação direccionada ao target escolas, com continuidade no ano de 2011. A primeira fase desta comunicação consistiu no envio de mailing postal para cerca de 5.000 escolas a nível nacional consideradas interessantes do ponto de vista de proximidade à Linha Férrea.

O investimento em meios foi acompanhado de reedição de peças gráficas e de acção de activação da marca junto de escolas, com efectivação já em Janeiro de 2011 e ainda comunicação no site CP (banner, mailing e newsletter).

### Imagem da Campanha (Cartaz)





## MUSICard CP – Junho

A campanha visou promover a utilização do comboio para a deslocação aos Festivais de Verão, e fazer um recall de notoriedade ao produto MUSICard CP cujas vendas já tinham esgotado.

Sob o mote, 6 Anos a Ligar-te à Música, a campanha teve a duração de 20 dias, com um total de 960 mil impressões.

O plano de investimento em media (Internet) foi complementado com a produção e distribuição de peças gráficas (cartazes, folhetos e roll-ups) nos comboios e estações e meios electrónicos.

### Imagem da Campanha (Cartaz e folder)



## INTRA\_RAIL – Julho, Agosto

O objectivo desta campanha visou posicionar o produto como uma alternativa no planeamento das férias por parte dos jovens, bem como apresentar o produto como uma possibilidade de aquisição extremamente aliciante junto do publico-alvo, uma vez que proporciona momentos lúdicos e de convívio criando o hábito de viajar e conhecer as diversas regiões e culturas de Portugal.





O plano de investimento em media (Internet) foi complementado com a produção e distribuição de peças gráficas (cartazes, folhetos e roll-ups) nos comboios e estações, em meios electrónicos.

#### Imagem da Campanha (Roll Up)



#### PRAIAS (Regionais e Urbanos) – Junho, Julho, Agosto

No período de Verão, as praias geram um acréscimo de procura de viagens para as deslocações das populações, pretendeu-se, neste contexto, incentivar estas viagens e divulgar o comboio como meio de transporte preferencial quer individualmente, quer em grupos.

O serviço regional no transporte para as praias no Norte, Centro e Sul de Portugal, de Junho a Setembro foi comunicado tendo como principal motivação a ida à praia, de um modo confortável e a um preço acessível.





As estações da Linha de Aveiro de Espinho, Granja, Aguda, Miramar e Francelos, situam-se entre 300 a 800m de praias com bastante procura, tornando os Comboios Urbanos do Porto numa opção competitiva sendo por isso necessário comunicar o reforço de comboios regulares e lançamento de serviços especiais. Associar o transporte ferroviário suburbano também a deslocações de lazer no período de Verão, aproveitando a proximidade às praias e zonas turísticas, nomeadamente de algumas estações das Linhas de Cascais, Sintra e Sado foi o mote da comunicação dos Comboios Urbanos de Lisboa.

Com o head “Quem vai de comboio não perde uma maré” a campanha foi suportada nos seguintes meios:

O plano de investimento em media (rádio regional) foi complementado com a produção e distribuição de peças gráficas (cartazes, horários e folhetos) bem como Passatempos no site CP e divulgação no Facebook, com oferta de bicicletas e ainda comunicação no site CP (banner, mailing e newsletter).

#### Imagem da Campanha (Cartaz Comboios Urbanos de Lisboa e Cartaz Regional)





## Intercidades SUL - Julho

Com o objectivo de potenciar o aumento da quota de mercado do produto Intercidades do Sul, bem como a notoriedade da Marca CP, foi realizada campanha de comunicação destinada a Clientes individuais, famílias ou grupos que viajem essencialmente por motivos de lazer (actuais e potenciais clientes).

A referida comunicação promoveu as vantagens e valências do Serviço Intercidades.

O plano de investimento em media (rádio e Internet) foi complementado com a produção e distribuição de peças gráficas (cartazes e folhetos) bem como com distribuição de brindes (porta-chaves) em locais de grande afluência de Transporte Individual, na cidade de Lisboa.

Foi também activada comunicação no site CP (banner, mailing e newsletter).

### Imagem da Campanha (Cartaz e porta-chaves)



FRENTE



VERSO



## Canais de Venda Longo Curso – Agosto

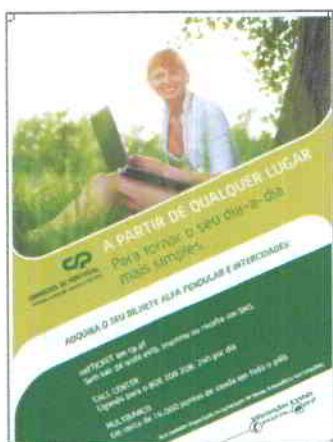
Dar a conhecer os Canais de Venda alternativos à Bilheteira, nomeadamente netTICKET, Quiosques de Venda Automáticos, Multibanco (ATM) e Call Center e associá-los a uma imagem moderna e dinâmica



da CP, foram os objectivos da comunicação, realizada com o head: A PARTIR DE QUALQUER LUGAR para tornar o seu dia-a-dia mais simples.

A comunicação foi endereçada a actuais e potenciais Clientes dos Serviços Alfa Pendular e Intercidades. O investimento em Internet e Multibanco foi ainda acompanhado de peças gráficas (cartazes e folhetos), e comunicação no site CP (banner, mailing e newsletter).

### Imagem da Campanha (Cartaz)



### Campanha Alfa Pendular e Intercidades - Novembro

Com o objectivo promover os produtos Alfa Pendular e Intercidades e levar à experimentação com vista ao aumento da quota de mercado no segmento das viagens de médio e longo curso, foi realizada uma campanha com o mote “Mude a sua vida vá de comboio”. A campanha teve 3 temas: Profissional, Família e Jovem.

Esta campanha esteve presente em rádio, imprensa escrita, Internet e publicidade exterior. Foi ainda complementada com comunicação no site CP (banner, mailing e newsletter).

### Imagem da Campanha (Imprensa tema família e tema jovem)





COMBOIOS DE PORTUGAL



### Imagem da Campanha (Cartaz)

